



CONSULTA PÚBLICA Nº 01/2024

Solicitamos que os comentários e/ou sugestões sejam enviados para o endereço eletrônico: consultapublica@prefeitura.sp.gov.br e seglicitacao@prefeitura.sp.gov.br impreterivelmente dentro do período de **10/06/2024 a 20/06/2024**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: [--]

PROCESSO: 6013.2024/0001865-5

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

OBJETO: fornecimento de energia elétrica incentivada, incluso os necessários procedimentos para migração ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), para o suprimento de 193 (cento e noventa e três) UNIDADES CONSUMIDORAS da Administração Direta do Município de São Paulo, conforme especificações e condições constantes do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante deste EDITAL.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras>)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: [--]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO

ÍNDICE

1. EMBASAMENTO LEGAL	3
2. LISTA DE ANEXOS INTEGRANTES DESTE EDITAL	3
3. OBJETO	4
4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	5
5. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES.....	8
6. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	8
7. VISITA TÉCNICA E DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO	9
8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL	10
9. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS.....	12
10. ETAPA DE LANCES	12
11. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO.....	14
12. JULGAMENTO	15
13. HABILITAÇÃO	16
14. FASE RECURSAL.....	23
15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	24
16. PREÇO E DOTAÇÃO	24
17. CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO CONTRATO.....	25
18. PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA	28
19. RECEBIMENTO DO OBJETO.....	28
20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	29
21. PENALIDADES	29
22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	30

PREÂMBULO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEGES**, por intermédio da Coordenação de Gestão de Bens e Serviços - COBES, situada no Viaduto do Chá nº 15 – 8º andar – Edifício Matarazzo, São Paulo, Capital, CEP 01002-900, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento de menor preço global por lote, objetivando o fornecimento de energia elétrica incentivada, incluso os necessários procedimentos para migração ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), para o suprimento de 193 (cento e noventa e três) UNIDADES CONSUMIDORAS da Administração Direta do Município de São Paulo, conforme especificações e condições constantes do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante deste EDITAL.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº 925000, nas condições descritas neste EDITAL, devendo ser observado o início da sessão às [xxx do dia xxx].

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/e>, PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas, e <https://www.gov.br/compras/pt-br> – Secretaria Municipal de Gestão.

1. EMBASAMENTO LEGAL

1.1. O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar Federal nº 123/2006, conforme alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2. LISTA DE ANEXOS INTEGRANTES DESTE EDITAL

2.1. Integram o presente EDITAL, como partes indissociáveis, os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – GLOSSÁRIO;
- b) ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
- c) ANEXO III – ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA;
- d) ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO; e
- e) ANEXO V – MODELOS E DECLARAÇÕES.

3. OBJETO

3.1. O presente PREGÃO tem por OBJETO o fornecimento de energia elétrica incentivada, inclusos os necessários procedimentos para migração ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), para o suprimento de 193 (cento e noventa e três) UNIDADES CONSUMIDORAS da Administração Direta do Município de São Paulo, conforme especificações e condições constantes do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante deste EDITAL.

3.2. O OBJETO do presente PREGÃO foi dividido em 2 (dois) LOTES, conforme discriminados na tabela abaixo contendo as quantidades de energia a serem fornecidas durante todo o prazo do CONTRATO em cada um dos LOTES:

Tabela 1 - Descrição do LOTE 1

LOTE 1			
Quantidade de UNIDADES CONSUMIDORAS	Quantidade Média de Energia (MWh)	Quantidade Máxima de Energia (MWh)	Preço Máximo Global (MWh)
97	149.121,62	178.945,94	[---]

Tabela 2 - Descrição do LOTE 2

LOTE 2			
Quantidade de UNIDADES CONSUMIDORAS	Quantidade Média de Energia (MWh)	Quantidade Máxima de Energia (MWh)	Preço Máximo Global (MWh)
96	152.410,51	182.892,61	[---]

3.3. A Quantidade Máxima de Energia foi calculada a partir da Quantidade Média de Energia de cada LOTE prevista para todo o período de vigência do CONTRATO, aplicando-se a flexibilidade superior de 20%.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da LICITAÇÃO as empresas que:

- a) atenderem a todas as exigências deste EDITAL e de seus ANEXOS, desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicafweb/public/pages/security/retornoLoginSsoComprasnet.jsf?cnet-id=2ab66b01-0578-442a-a52b-c279d33e3c78>) no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil, sendo que as condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas;
- b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- c) não estejam sob processo de falência, sendo admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;
- d) não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;
- e) não estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública.

4.2. Não poderão participar da LICITAÇÃO as LICITANTES que se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da LICITAÇÃO, impossibilitada de participar da LICITAÇÃO em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na LICITAÇÃO ou atue na fiscalização ou na gestão do CONTRATO, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do EDITAL de LICITAÇÃO; e
- c) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do EDITAL, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes

nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.2.1.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da LICITAÇÃO ou da execução do CONTRATO agente público de órgão ou entidade LICITANTE ou CONTRATANTE, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.2.1.2. As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.2.1.3. Não poderão participar da LICITAÇÃO OSCIP's atuando nessa condição;

4.3. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta LICITAÇÃO usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

4.3.1. Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 147/2014 no caso de LICITAÇÃO para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.2. A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da LICITAÇÃO, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

4.4. Será permitida nesta LICITAÇÃO a participação de CONSÓRCIO de empresas.

4.4.1. Em se tratando de CONSÓRCIO, e observadas as demais exigências fixadas neste EDITAL, a participação dos LICITANTES deverá atender ao disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando ainda condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- a)** cada CONSORCIADO deverá atender individualmente às exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, nos termos deste EDITAL;
- b)** deverá ser apresentado, junto com os documentos de habilitação, o competente Compromisso de Constituição do Consórcio, em instrumento público ou particular, contendo os requisitos mínimos do modelo contido no ANEXO V do EDITAL – MODELOS E DECLARAÇÕES, subscrito por todos os CONSORCIADOS;
- c)** não será permitida a participação de um mesmo LICITANTE em mais de uma PROPOSTA COMERCIAL para um mesmo LOTE;
- d)** não será permitida a participação de um mesmo LICITANTE como CONSORCIADO em mais de um CONSÓRCIO; e
- e)** somente se admitirá a participação de sociedades controladas, controladoras, coligadas ou sob controle comum de um mesmo LICITANTE, quando estiverem no mesmo CONSÓRCIO.

4.4.2. A desclassificação ou a inabilitação de qualquer CONSORCIADO acarretará a desclassificação ou a inabilitação automática do CONSÓRCIO.

4.4.3. As exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo CONSÓRCIO, por intermédio de qualquer dos CONSORCIADOS isoladamente, ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelos CONSORCIADOS, observado o disposto neste EDITAL.

4.4.4. Os integrantes do CONSÓRCIO respondem de maneira solidária pelos atos praticados em CONSÓRCIO perante o PODER CONCEDENTE, tanto na fase de licitação, quanto na fase de execução do CONTRATO.

4.4.5. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do CONTRATO.

4.4.6. Tratando-se de CONSÓRCIO, o LICITANTE vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do CONSÓRCIO no órgão oficial competente.

4.5. Como requisito para a participação no pregão, a LICITANTE deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do EDITAL e ANEXOS.

4.6. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela LICITANTE de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente EDITAL, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste EDITAL, que disciplinam a presente LICITAÇÃO e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

5. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

5.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta LICITAÇÃO, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico [_____@prefeitura.sp.gov.br].

5.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular impugnações contra o ato convocatório por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, [____@prefeitura.sp.gov.br], em seu corpo ou documento anexo.

6.2. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física; e

b) do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

6.3. Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.4. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do EDITAL capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6.5. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

6.6. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

6.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de LICITAÇÃO.

7. VISITA TÉCNICA E DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

7.1. Fica a critério das LICITANTES a realização de visita técnica aos locais onde serão executados os serviços de adequação ao SISTEMA PARA MEDIÇÃO DE FATURAMENTO - SMF.

7.1.1. Os LICITANTES deverão, mesmo quando facultada a não realização de visita técnica, preencher Declaração de Conhecimento, conforme modelo contido no ANEXO V do EDITAL – MODELOS E DECLARAÇÕES.

7.2. Caberá a cada interessado providenciar o agendamento da visita técnica a que se refere o subitem anterior, nos casos em que se pretenda conhecer os locais de adequação do SMF, a ser realizada até 3 (três) dias úteis antes da data de entrega da proposta, informando todos os locais de interesse e a identificação civil daqueles que realizarão a visita técnica, por meio de solicitação dirigida ao seguinte endereço eletrônico: [●].

7.3. Caso surjam dúvidas no decorrer da visita, deverão os LICITANTES encaminhá-las ao endereço eletrônico: [●].

7.4. Estas visitas deverão ser marcadas em horário comercial, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data do agendamento pretendido.

7.5. O endereço e o detalhamento de todas as UNIDADES CONSUMIDORAS constam no APÊNDICE ÚNICO do TERMO DE REFERÊNCIA – DETALHAMENTO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS.

7.6. Cada LICITANTE, isoladamente ou em CONSÓRCIO, poderá designar no máximo 2 (dois) representantes para o acompanhamento da visita técnica agendada, devidamente identificados, tolerando-se um atraso máximo de 15 (quinze) minutos do horário agendado.

7.7. A realização de visita técnica não é condição obrigatória para a participação na LICITAÇÃO, reputando-se, porém, que os documentos de habilitação e a PROPOSTA COMERCIAL foram elaborados com perfeito conhecimento, pelos LICITANTES, dos estados dos locais de adequação do SMF, os quais não poderão invocar qualquer insuficiência ou equívoco de dados a ela relacionados como óbice para a participação na LICITAÇÃO ou para a plena execução do CONTRATO.

7.8. Independentemente da realização de visita técnica, a LICITANTE deverá apresentar declaração quanto ao perfeito conhecimento dos locais de adaptação de SMF, nos termos do ANEXO V do EDITAL – MODELOS E DECLARAÇÕES.

8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

8.1. As LICITANTES encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a PROPOSTA COMERCIAL com a descrição do OBJETO e o PREÇO GLOBAL por LOTE, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

8.1.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2. As LICITANTES deverão indicar na sua PROPOSTA COMERCIAL o PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA, tendo por base o PREÇO GLOBAL por LOTE dividido pela Quantidade Máxima de Energia do respectivo LOTE, encontrada no item 3.2.

8.2.1. A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser preenchida por cada LICITANTE de acordo como modelo de PROPOSTA COMERCIAL contido no ANEXO V do EDITAL – MODELOS E DECLARAÇÕES, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na LICITANTE.

8.3. As LICITANTES não poderão oferecer proposta inferior a **Quantidade Média de Energia (MWh)** e superior a **Quantidade Máxima de Energia (MWh)**, assim como não poderá ofertar proposta superior ao PREÇO GLOBAL MÁXIMO para o LOTE 1 e 2, conforme indicado no item 3 deste EDITAL e disposto abaixo:

8.3.1. O PREÇO GLOBAL MÁXIMO para o LOTE 1 estimado para a vigência de 5 (cinco) anos de contrato será conforme ANEXO III do EDITAL – ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA para o fornecimento estimado de [- --] de energia elétrica incentivada no ACL.

8.3.2. O PREÇO GLOBAL MÁXIMO para o LOTE 2 estimado para a vigência de 5 (cinco) anos de contrato será conforme ANEXO III do EDITAL – ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA para o fornecimento estimado de de [---] de energia elétrica incentivada no ACL.

8.4. As LICITANTES poderão apresentar PROPOSTAS COMERCIAIS para todos os LOTES, desde que apresentem 1 (uma) PROPOSTA COMERCIAL para cada um dos LOTES, sendo permitida a adjudicação de mais de um LOTE para um mesmo LICITANTE.

8.5. Até a abertura da sessão, a LICITANTE poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.6. A LICITANTE será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.

8.7. A apresentação da PROPOSTA COMERCIAL implicará em plena aceitação, por parte da LICITANTE, das condições estabelecidas neste EDITAL e em seus ANEXOS.

8.8. A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.9. Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do OBJETO. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do OBJETO deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

8.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

8.11. As LICITANTES qualificadas como microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão identificar sua respectiva categoria de Pessoa Jurídica na PROPOSTA COMERCIAL.

8.12. A PROPOSTA COMERCIAL deverá ter validade de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

9. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. Na data e horário indicados no preâmbulo deste EDITAL terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

9.2. A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste EDITAL e seus ANEXOS e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

9.3. Serão desclassificadas as propostas:

- a)** cujo OBJETO não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste EDITAL e seus ANEXOS;
- b)** que por ação da LICITANTE ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c)** Estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente.

9.4. A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

9.5. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais LICITANTES.

9.6. Somente as LICITANTES cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

10. ETAPA DE LANCES

10.1. Iniciada a etapa competitiva, as LICITANTES poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o LICITANTE imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

10.2. O lance deverá ser ofertado pelo PREÇO GLOBAL para cada um dos LOTES, conforme indicado no item 8.2 deste EDITAL.

10.3. As LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

10.4. A LICITANTE somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de [xxx] em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.5. A LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.6. As LICITANTES serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

10.7. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos LICITANTES, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.8. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da LICITAÇÃO, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.9. No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

10.9.1. Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

10.9.2. Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar PROPOSTA COMERCIAL inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

10.9.3. Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça

o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

10.9.4. Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.10. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.11. Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

10.12. Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.

10.13. Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais LICITANTES.

10.14. A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais LICITANTES e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

10.15. O LICITANTE mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizado.

10.16. Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

11.1. Os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado

11.2. No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.

11.3. Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

11.4. Em sequência, será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os LICITANTES, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.4.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

11.5. Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

12. JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao OBJETO estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

12.2. É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 13.4.5.3, em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do LICITANTE previamente a eventual desclassificação.

12.3. Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

12.4. Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 9.3.

12.5. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

12.6. Os resultados serão divulgados por meio de mensagem no sistema e se a proposta for recusada, seguirá a análise do segundo classificado em relação à aceitabilidade de sua proposta e assim sucessivamente.

12.7. Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo III, com o valor do preço final alcançado, **bem como a planilha de composição de custos.**

12.8. O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

12.9. Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.

12.10. Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.

12.11. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

12.12. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

13. HABILITAÇÃO

13.1. Divulgado o julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS na forma prescrita neste EDITAL, passar-se-á à fase de habilitação.

13.2. A habilitação da LICITANTE vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

13.2.1. Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste EDITAL, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à LICITAÇÃO.

13.2.2. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no subitem 13.5 deste EDITAL, por meio eletrônico, devendo a LICITANTE encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

13.2.3. Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela LICITANTE, juntamente com os demais documentos.

13.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a LICITANTE deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

13.4. Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais LICITANTES a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste EDITAL.

13.5. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

13.5.1 Habilitação jurídica:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício; e
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.5.2. Regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o OBJETO licitado.
- c)** Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- d)** Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o OBJETO licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da LICITANTE;
 - d.1)** No caso da LICITANTE ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade paracom a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estadode São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder;
- e)** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- f)** Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal;
- g)** Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho; e
- h)** Regularidade perante o Cadin Municipal.

13.5.2.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

13.5.3. Qualificação econômico-financeira:

13.5.3.1 Para efeito da qualificação econômico-financeira, os seguintes documentos devem ser apresentados pelo LICITANTE individual e, no caso de CONSÓRCIO, por cada integrante, inclusive o líder:

13.5.3.1.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, nos termos do artigo 69, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, que comprovem:

a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1, sendo considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ILG = _____

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

13.5.3.1.1.1 A LICITANTE que utiliza a Escrituração Contábil Digital - ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

13.5.3.1.1.2 Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

- i. Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;
- ii. Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE ou em outro órgão equivalente, contendo Termo de Abertura e Encerramento, através de cópia autenticada, registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedade Simples;
- iii. Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.
- iv. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item (a) acima limitar-se-ão ao último exercício.

b) A LICITANTE que não alcançar o índice acima exigido, conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

c) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante, em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

c.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente

13.5.3.2 No caso de empresas participando em CONSÓRCIO, não se admite a possibilidade de somatório de índices de qualificação econômico-financeira das empresas consorciadas; admitindo-se, entretanto, somatório de valores dos documentos contábeis das consorciadas para fins de cálculo da qualificação econômico-financeira do CONSÓRCIO.

13.5.4. Qualificação técnica:

13.5.4.1 Para efeito da qualificação técnica, deverá ser apresentado pelo LICITANTE individual ou, no caso de CONSÓRCIO, por pelo menos um dos seus integrantes, a comprovação de aptidão para o desempenho da atividade OBJETO da presente LICITAÇÃO em relação aos serviços que integram o OBJETO, nos termos a seguir.

13.5.4.1.1 Para o LOTE 1, exigir-se-á a comprovação de aptidão para o desempenho da atividade OBJETO da presente LICITAÇÃO por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, o(s) qual(is) comprove(m) a experiência do LICITANTE em:

- i. Realizar a migração de 16 (dezesesseis) unidades consumidoras do ACR para o ACL em um período de 12 (doze) meses; e
- ii. Realizar o fornecimento de energia no ACL em um total de 10.085,07 MWh (dez mil e oitenta e cinco vírgula sete megawatts-hora) pelo período de 1 (um) ano ininterrupto.

13.5.4.1.2 Para o LOTE 2, exigir-se-á a comprovação de aptidão para o desempenho da atividade OBJETO da presente LICITAÇÃO para o LOTE 2, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, o(s) qual(is) comprove(m) a experiência do LICITANTE em:

- i. Realizar a migração de 16 (dezesesseis) unidades consumidoras do ACR para o ACL em um período de 12 (doze) meses; e
- ii. Realizar o fornecimento de energia no ACL em um total de 10.339,42 MWh (dez mil, trezentos e trinta e nove vírgula quarenta e dois megawatts-hora) pelo período de 1 (um) ano ininterrupto.

13.5.4.1.3 Para ambos os LOTES, exigir-se-á a comprovação de regularidade cadastral perante à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

13.5.4.2 No caso de uma mesma LICITANTE ser declarada vencedora de ambos os LOTES, essa

LICITANTE deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnico operacional que comprove(m) experiência equivalente à soma dos quantitativos indicados nos itens 13.5.4.1.1 e 13.5.4.1.2.

13.5.4.2.1 No caso de uma mesma LICITANTE ser declarada vencedora de ambos os LOTES, essa LICITANTE deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnico operacional que comprove(m) experiência equivalente à soma dos quantitativos.

13.5.4.2.2 Não havendo diferença entre os descontos eventualmente propostos, nos termos de que trata do subitem anterior, a LICITANTE adjudicará o LOTE que não tiver concorrência.

13.5.4.2.2.1 Havendo concorrência em ambos os LOTES, a LICITANTE será declarada vencedora daquele em que houver maior desconto em relação ao segundo lugar.

13.5.4.3 Os atestados referidos no item 13.5.4.1, “a)”, deverão contemplar a prestação de todos os serviços associados necessários à migração ao ACL, tais como:

- a) Condução de processos técnicos, comerciais, administrativos e legais para a migração de contratos no ACR para o ACL;
- b) Adequação do SMF;
- c) Gestão de contratos de unidades consumidoras no ACL; e
- d) Execução da compra de energia, dos devidos registros comerciais e dos demais serviços associados em representação de unidades consumidoras juntos à CCEE.

13.5.4.4 Para efeito da comprovação a que se refere o item 13.5.4.1, será admitida a somatória de atestados.

13.5.4.5 Para fins de qualificação técnica de CONSÓRCIO, será admitido a somatória dos quantitativos de cada consorciado.

13.5.5. Outros Documentos:

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito

suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

c) Declaração de que a LICITANTE não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;

d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação; e

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

13.5.5.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da LICITANTE, ou, em caso de CONSÓRCIO, por cada um dos CONSORCIADOS, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO V do presente EDITAL – MODELOS E DECLARAÇÕES, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

13.5.5.2 A LICITANTE para fins de habilitação deverá observar as disposições gerais que seguem:

13.5.5.2.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste EDITAL, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

13.5.5.2.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar assinados por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do assinante.

13.5.5.2.3 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

13.5.5.2.4 Se a LICITANTE for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.5.5.2.5 Caso a LICITANTE pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante

desta LICITAÇÃO, execute o futuro CONTRATO, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

13.5.5.2.6 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa LICITANTE.

13.5.5.2.7 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

13.5.5.2.8 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

13.5.5.2.9 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

13.5.5.3 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na LICITAÇÃO, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/sancoes.aspx;

d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

f) Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (CADICON) – Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União - <https://portal.tcu.gov.br/inicio/>; e

g) Relação dos Apenados TCESP- <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>

13.5.5.4 As consultas realizar-se-ão em nome da LICITANTE e de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

13.5.5.5 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta LICITAÇÃO.

13.5.5.6 Estando a documentação de habilitação da LICITANTE vencedora em desacordo com as exigências do EDITAL, ela será inabilitada.

13.5.5.7 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

13.5.5.8 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da LICITANTE, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o EDITAL.

13.5.5.9 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do LICITANTE mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os LICITANTES deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.

13.5.5.10 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.5.5.11 Estando a documentação de habilitação da LICITANTE completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste EDITAL e seus ANEXOS o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

14. FASE RECURSAL

14.1. Qualquer LICITANTE poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o OBJETO ao LICITANTE declarado vencedor.

14.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

14.3. Os demais LICITANTES ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.4. Será assegurado ao LICITANTE vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

14.7. O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o OBJETO e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. PREÇO, REAJUSTE E DOTAÇÃO

16.1. O preço que vigorará no CONTRATO será o ofertado pela LICITANTE a quem o mesmo for adjudicado.

16.2. Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais,

trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o OBJETO e constituirá o PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA que compõe a remuneração prevista no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II deste EDITAL.

16.3. Os recursos necessários para suporte do CONTRATO, onerarão a dotação nº [xxx] do orçamento vigente.

16.4. O reajuste do PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA será realizado a cada 12 meses, conforme regras previstas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II deste EDITAL.

17. CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO CONTRATO

17.1. A contratação decorrente desta LICITAÇÃO será formalizada mediante termo de contrato, conforme ANEXO IV do EDITAL– MINUTA DE CONTRATO pela ADJUDICATÁRIA do OBJETO da LICITAÇÃO e pela CONTRATANTE.

17.1.1. Para a formalização do CONTRATO, a empresa ADJUDICATÁRIA do OBJETO da LICITAÇÃO deverá apresentar, dos documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

17.1.2. Adicionalmente, em caso de CONSÓRCIO, a ADJUDICATÁRIA deverá comprovar a CONTRATANTE que o CONSÓRCIO está devidamente constituído e registrado no órgão oficial competente.

17.2. Para a formalização do CONTRATO, deverá a ADJUDICATÁRIA apresentar documentação que comprove que prestou a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos do ANEXO IV do EDITAL– MINUTA DE CONTRATO.

17.2.1. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá assumir qualquer das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro, em moeda nacional (reais), depositada em conta corrente a ser indicada pela CONTRATANTE;

b) caução em títulos da dívida pública federal, não gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, nem adquiridos compulsoriamente, registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliado por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

c) seguro-garantia, fornecido por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil, com a apresentação da respectiva certidão de regularidade da SUSEP, vigente; ou

d) fiança bancária, fornecida por instituição financeira autorizada a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, com classificação em escala nacional superior ou igual a “Aa2.br”, “brAA” ou “A(bra)”, conforme divulgado pelas agências de risco Moody’s, Standard & Poors ou Fitch, em favor da CONTRATANTE.

17.2.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ofertada não poderá conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade, devendo a ADJUDICATÁRIA promover as renovações e atualizações que forem necessárias à sua plena vigência durante a execução do CONTRATO.

17.2.3. No caso de a garantia ser prestada na modalidade caução em dinheiro, o comprovante de prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá ser emitido pela CONTRATANTE, nos termos do art. 3º, da Portaria SF nº 338/2021.

17.2.4. No caso de a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ser prestada na modalidade caução em títulos da dívida pública federal, o documento de constituição da caução deverá ser datado e assinado pela instituição financeira pública na qual estejam depositados os títulos a serem oferecidos em garantia, dele devendo constar que:

- a)** os referidos títulos, claramente identificados, ficarão caucionados em favor da CONTRATANTE, como GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO; e
- b)** o Município de São Paulo poderá executar a caução nas condições previstas no CONTRATO.

17.2.5. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, apresentada nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária, deverá ser apresentada exclusivamente por meio digital, desde que devidamente certificado, com o seu valor expresso em moeda nacional, nos termos do art. 4º da Portaria SF nº 338/2021.

17.2.6. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, por meio digital, deve ser apresentada em arquivo eletrônico no formato não editável “.pdf”, identificado com a data e hora de sua publicação e o número de chave de consulta de controle interno, juntamente com certidão de regularidade obtida no site da SUSEP ou no site do Banco Central do Brasil, para fins de comprovação de sua veracidade nos termos da Portaria SF nº 338/2021.

17.2.7. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO apresentadas na modalidade seguro-garantia deverão seguir o disposto na Circular SUSEP nº 662/2022 ou em norma que venha substituí-la.

17.2.8. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO apresentada na modalidade de fiança bancária deve

ser prestada preferencialmente por estabelecimento bancário domiciliado no Município de São Paulo.

17.2.9. Caso a fiança bancária não possa ser prestada nos termos do subitem 17.2.8, nela deverá constar endosso que atribua à referida fiança bancária a estabelecimento bancário domiciliado no Município de São Paulo, constando inclusive responsabilidade solidária entre endossante e endossatário em relação a todos os termos da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

17.2.10. No caso de GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada mediante dois ou mais seguros-garantia, as apólices deverão registrar expressamente a sua complementariedade.

17.2.11. Para a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO apresentada na modalidade caução em títulos da dívida pública federal, serão admitidos os seguintes títulos:

- a) Tesouro Prefixado;
- b) Tesouro Selic;
- c) Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais;
- d) Tesouro IPCA;
- e) Tesouro IGPM + com Juros Semestrais; e
- f) Tesouro Prefixado com Juros Semestrais.

17.2.12. As despesas referentes à prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, incluída a sua recomposição, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

17.3. Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser CONTRATADA não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL (https://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/Pesq_Deb.aspx), por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

17.3.1. A ADJUDICATÁRIA deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal da Fazenda, ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da CONTRATANTE, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste EDITAL.

17.3.2. Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.

17.4. Caso haja convocação para a ADJUDICATÁRIA efetuar a celebração do CONTRATO, pelo Diário Oficial da Cidade, a empresa terá [xxx] (úteis ou corridos), para tanto.

17.4.1. A não assinatura do CONTRATO pela ADJUCATÁRIA no prazo estabelecido configurará recusa na contratação, incidindo as penalidades previstas neste EDITAL.

17.4.2. O prazo para celebração do CONTRATO poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17.5. É facultado à Administração, quando o convocado não celebrar o CONTRATO no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a LICITAÇÃO.

17.5.1. Na hipótese de retomada do procedimento, as demais LICITANTES classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

17.5.2. O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/e> <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br> – UASG nº 925000.

17.5.3. Na sessão o Pregoeiro convocará as LICITANTES classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste EDITAL, até o encontro de uma proposta e LICITANTE que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva LICITANTE declarada vencedora e a ela adjudicado o OBJETO da LICITAÇÃO.

18. PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA

18.1. Os prazos, condições e locais de entrega do OBJETO serão aqueles previstos no ANEXO IV do EDITAL – MINUTA DO CONTRATO e ANEXO II do EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. O OBJETO da contratação será recebido pela CONTRATANTE nos termos do ANEXO IV do EDITAL – MINUTA DO CONTRATO e ANEXO II do EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA.

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. As condições de pagamento do OBJETO seguirão os critérios de medição de consumo, faturamento e de pagamento nos termos do ANEXO IV do EDITAL – MINUTA DO CONTRATO e ANEXO II do EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA.

21. PENALIDADES

21.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/21.

21.1.1. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

21.2. Ocorrendo recusa da ADJUDICATÁRIA em efetuar a assinatura do CONTRATO dentro do prazo estabelecido neste EDITAL, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do CONTRATO se firmado fosse;
- b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

21.2.1. Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o CONTRATO pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

21.3. À LICITANTE que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste EDITAL, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 21.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

21.4. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

21.5. Sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste EDITAL em questão de participação na LICITAÇÃO e celebração do CONTRATO, o ANEXO IV do EDITAL – MINUTA DE CONTRATO disciplina as penalidades sobre descumprimentos relativos à execução do CONTRATO.

21.6. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à [xxx] (**indicar autoridade competente**), e protocolizado nos dias úteis, das [xxx] às [xxx] horas.

21.6.1. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

21.6.2. Caso a CONTRATANTE releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste EDITAL.

21.7. Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.8. São aplicáveis à presente LICITAÇÃO e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.2. As normas disciplinadoras desta LICITAÇÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as LICITANTES e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. As LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. As LICITANTES são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

22.4.1. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da LICITANTE se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da LICITAÇÃO.

22.5. A LICITANTE vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na LICITAÇÃO.

22.6. O CONTRATO, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste EDITAL, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

22.7. A revogação ou anulação da LICITAÇÃO observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.8. O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.9. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

22.10. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da CONTRATADA, a Ata da LICITAÇÃO e o EDITAL da LICITAÇÃO, com seus ANEXOS, que o precedeu, independentemente de transcrição.

22.11. A subcontratação parcial do OBJETO, poderá ser autorizada pela fiscalização do CONTRATO, nos termos do ANEXO IV do EDITAL – MINUTA DO CONTRATO.

22.12. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

22.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste EDITAL e seus ANEXOS, excluir-se-á o dia do início e

incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

22.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

22.15. Os atos relativos à LICITAÇÃO efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

22.16. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta LICITAÇÃO, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico [xxx], bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

22.17. O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

22.18. O EDITAL e seus ANEXOS estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [xxx].

22.19. As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.

22.20. Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, XX de XX de 20...

Pregoeiro - (Indicação da Unidade)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX

PROCESSO: XXX

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

OBJETO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA INCENTIVADA, INCLUINDO OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA MIGRAÇÃO PARA O AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), PARA O SUPRIMENTO DE 193 (CENTO E NOVENTA E TRÊS) UNIDADES CONSUMIDORAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ANEXO I

GLOSSÁRIO

ANEXO I – GLOSSÁRIO

1 DAS DEFINIÇÕES

1.1 Para fins do EDITAL e de seus ANEXOS, bem como do CONTRATO e dos anexos, ou de qualquer outro documento que deva ser fornecido no âmbito do CONTRATO, os termos listados a seguir, quando empregados no singular ou no plural, em letras maiúsculas, terão os significados constantes desta subcláusula:

ACL: Ambiente de Comercialização Livre, ambiente de negociação em que os consumidores negociam contratos bilaterais livremente negociados para a compra de energia elétrica, conforme Decreto Federal nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

ACR: Ambiente de Contratação Regulada, mercado em que o consumidor cativo compra energia elétrica diretamente da DISTRIBUIDORA de sua região, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, conforme Decreto Federal nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

ADJUDICATÁRIA: participante da LICITAÇÃO ao qual foi adjudicado o OBJETO;

AGENTE: qualidade de representante da CONTRATANTE junto à CCEE necessária para a execução do OBJETO do presente CONTRATO;

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do Governo Federal, instituída pela Lei nº 9.427/1996, regulamentada pelo Decreto n.º 2.335/1997;

ANEXOS: os documentos que integram o EDITAL;

ATESTES DE MIGRAÇÃO: documento emitido pela CONTRATANTE após a migração de cada UNIDADE CONSUMIDORA ao ACL, por meio do qual atestará a conformidade dos serviços de migração realizados pela SPE e o início da efetiva compra de energia no ACL;

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização e fiscalização da ANEEL, mantida e composta pelos

agentes que formam o mercado brasileiro de energia elétrica, cuja função é manter os registros contratuais e viabilizar a comercialização de energia no ACL e criação autorizada nos termos do artigo 4º da Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004 e do Decreto n.º 5.177 de 12 de agosto de 2004;

CONSORCIADO: pessoa jurídica, brasileira ou estrangeira, instituição financeira, entidade de previdência complementar ou fundo de investimento integrante de CONSÓRCIO;

CONSÓRCIO: associação de pessoas jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, instituições financeiras, entidades de previdência complementar ou fundos de investimento, com o objetivo de participar da LICITAÇÃO, que, sagrando-se vencedora do certame, deverá se constituir em Sociedade de Propósito Específico, segundo as leis brasileiras;

CONTRATADA: empresa ou CONSÓRCIO vencedor da LICITAÇÃO, prestadora das obrigações relativas ao OBJETO do CONTRATO;

CONTRATANTE: a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Gestão;

CONTRATO: instrumento jurídico a ser firmado entre as PARTES, que regula os termos da CONCESSÃO, conforme o ANEXO IV do EDITAL – MINUTA DO CONTRATO;

DEMANDA CONTRATADA: Demanda de potência ativa disponibilizada pela DISTRIBUIDORA no ponto de conexão, em kW (quilowatts), a ser gerida pela CONTRATADA conforme valor e período de vigência fixados em instrumento jurídico próprio, de acordo com resolução normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de setembro de 2021;

DISTRIBUIDORA: concessionária do serviço de distribuição da energia elétrica até os consumidores finais, sendo a ENEL a distribuidora que atende a área em que se encontram todas as UNIDADES CONSUMIDORAS relativas à LICITAÇÃO;

EDITAL: o Edital nº [●], que contém o conjunto de regras e condições necessárias à orientação da LICITAÇÃO;

ENERGIA CONSUMIDA: energia medida, conforme registrado no Sistema de Medição para Faturamento e nos sistemas da CCEE, equivalente ao consumo efetivo total mensal das UNIDADES CONSUMIDORAS no ACL, desconsiderando o fator de perdas;

ENERGIA CONTRATADA ANUAL: quantidade média anual de eletricidade, em mWh,

estabelecida pelo CONTRATO, estimada a partir das médias móveis dos dados de consumo de 2022 e 2023, equivalente a 36.808,82 mWh para o Lote 1 e 37.620,64 mWh para o Lote 2, de acordo com o disposto no TERMO DE REFERÊNCIA;

ENERGIA CONTRATADA MENSAL: quantidade média mensal de eletricidade, em mWh, estabelecida pelo CONTRATO, estimada a partir das médias móveis dos dados de consumo de 2022 e 2023, equivalente a 3.067,40 mWh para o Lote 1 e 3.135,05 mWh para o Lote 2, que deverá garantir lastro total através de contratos de compra de energia no ACL para atender a 100% (cem por cento) do consumo de todas as UNIDADES CONSUMIDORAS;

ENERGIA MENSAL FATURÁVEL: quantidade de energia elétrica mensal que será faturada pela CONTRATADA ao PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA, verificada e informada mensalmente, na qual é acrescida o Fator de Perdas e abatido eventual valor oriundo de cota do PROINFA, conforme disposto no TERMO DE REFERÊNCIA;

FISCAIS DO CONTRATO: representantes da SEGES especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, que executarão a gestão do CONTRATO em favor da CONTRATANTE;

FLEXIBILIDADE: banda de variação, superior e inferior, em valor percentual, a ser aplicado à ENERGIA CONTRATADA MENSAL, após observância da SAZONALIDADE, conforme disciplina o ANEXO II do EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA;

GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: a garantia do fiel cumprimento das obrigações da CONTRATADA, a ser mantida em favor da CONTRATANTE;

GRUPOS DE MIGRAÇÃO: agrupamentos de UNIDADES CONSUMIDORAS, cuja aplicação determina o prazo máximo para migração de cada um dos grupos, conforme a data de vencimento e denúncia dos contratos vigentes com a DISTRIBUIDORA e rescisão sem a aplicação de penalidades ou multas, de acordo com o disposto no TERMO DE REFERÊNCIA;

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços;

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado mensalmente pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

LICITAÇÃO: o presente procedimento administrativo conduzido pela CONTRATANTE para selecionar, dentre as propostas apresentadas, a que seja mais vantajosa para a Administração

Pública Municipal, com base nos critérios previstos neste EDITAL;

LICITANTE: qualquer pessoa jurídica, fundo de investimento ou CONSÓRCIO participante da LICITAÇÃO;

LOTES: 2 (duas) agremiações de UNIDADES CONSUMIDORAS que fazem parte da LICITAÇÃO, cujo fornecimento licitado será contratado de maneira individual;

MODULAÇÃO: registro na CCEE da distribuição horária da ENERGIA MENSAL FATURÁVEL;

MWH: megawatt-hora, unidade de medida que corresponde a uma quantidade de energia utilizada para alimentar uma carga com uma determinada potência num determinado período;

MWmed: megawatt médio, unidade de produção energética igual a energia produzida pela operação contínua de um megawatt de capacidade durante um período. O MW médio é calculado por meio da razão MWH/h, ou seja, a quantidade total de energia (MWh) pelo número de horas (h) em que foi produzida;

OBJETO: Fornecimento de energia elétrica incentivada, incluso os necessários procedimentos por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL) para o suprimento de 193 (cento e noventa e três) UNIDADES CONSUMIDORAS da Administração Direta do Município de São Paulo;

ORDEM DE SERVIÇO: documento, a ser emitido pela CONTRATANTE após a assinatura do CONTRATO, que dá início ao prazo de execução contratual;

PLD: Preço de Liquidação das Diferenças, preço referencial calculado pela CCEE diariamente para cada hora do dia seguinte, considerando a aplicação dos limites máximos (horário e estrutural) e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado;

PMSP: Prefeitura Municipal de São Paulo;

PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA: valor definido em reais por MWh (Megawatt-hora), estabelecido conforme PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE;

PROINFA: Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, encargo pago no Brasil por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que recolhem tarifa de uso das redes elétricas relativa a consumidores livres, para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes

eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, conforme disposto na Lei Federal nº 10.438/2002;

PROPOSTA COMERCIAL: proposta financeira que contém valor do PREÇO GLOBAL por LOTE a ser paga pela CONTRATANTE à CONTRATADA pela execução do OBJETO, nos termos e condições do EDITAL e seus ANEXOS;

PREÇO GLOBAL MÁXIMO: valor de referência máximo para os PREÇOS GLOBAIS contidos nas PROPOSTAS DE PREÇOS dos LICITANTES, no valor de R\$();

PREÇO GLOBAL: valor contido na PROPOSTA DE PREÇOS da ADJUDICATÁRIA do CONTRATO para a prestação do OBJETO, nos termos do EDITAL e seus ANEXOS;

SAZONALIDADE: distribuição mensal da ENERGIA CONTRATADA ao longo de um ano, conforme disciplina o ANEXO II do EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA. Esta energia considera a média de todas as unidades municipais consideradas, sendo o mesmo valor entre os lotes;

SEGES: Secretaria Municipal de Gestão da Prefeitura de São Paulo;

SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO ou SMF: conjunto de equipamentos e sistemas que realizam o monitoramento da ENERGIA CONSUMIDA por cada UNIDADE CONSUMIDORA;

TERMO DE REFERÊNCIA: documento que estabelece parâmetros técnicos para a prestação do OBJETO, contendo especificações de qualidade, quantidade, condições de prestação e demais serviços assessoriais necessários ao cumprimento das obrigações;

TUSD: Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição aplicável às centrais geradoras, estabelecida pela ANEEL na Resolução Normativa ANEEL nº 349, de 13 de janeiro de 2009, e reajustada anualmente; e

UNIDADE CONSUMIDORA: conjunto de instalações, ramal de entrada, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em apenas um ponto de entrega, com medição individualizada, correspondente a um único consumidor, localizado numa mesma propriedade ou propriedades contíguas, elencadas no APÊNDICE II do TERMO DE REFERÊNCIA – Detalhamento das Unidades Consumidoras.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX

PROCESSO: XXX

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

OBJETO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA INCENTIVADA, INCLUINDO OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA MIGRAÇÃO PARA O AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), PARA O SUPRIMENTO DE 193 (CENTO E NOVENTA E TRÊS) UNIDADES CONSUMIDORAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

1. OBJETO	3
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	3
3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	5
3.9. Desconto na TUSD e da rastreabilidade confiável de carbono	11
4. DIRETRIZES GERAIS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO	11
5. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS.....	12
5.2. Etapa Pré-Migração.....	13
5.3. Etapa Pós-Migração e execução de Serviços Associados	17
6. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MIGRAÇÃO E O RELATÓRIO DE GESTÃO DE ENERGIA	22
6.4. Plano de Migração.....	22
6.5. Relatório de Gestão de Energia.....	23
7. ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO	24
8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO	26
8.1. Medição.....	26
8.2. Elementos para cálculo do Faturamento.....	26
8.3. Faturamento	29
8.4. Reajustes	33
8.5. Vantajosidade Global da Contratação.....	33
9. PRAZOS E CRONOGRAMA.....	34
9.1. Prazos do Plano de Migração.....	34
9.2. Prazo para a Efetiva Migração	35

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para realizar o fornecimento de energia elétrica incentivada, na modalidade varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL), para a migração e suprimento de 193 (cento e noventa e três) UNIDADES CONSUMIDORAS pertencentes à administração do Município de São Paulo.

1.2. O prazo de vigência do CONTRATO será de 60 (sessenta) meses.

1.3. O certame será disputado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Global por Lote, com o objetivo de escolher proposta de menor preço por mWh (megawatts-hora) para o fornecimento de energia elétrica incentivada negociada no ACL e contempla, em seu OBJETO:

1.3.1. A execução e conclusão dos Serviços preliminares e Pré-Migração conforme detalhados no item 5.2 deste ANEXO;

1.3.2. O fornecimento de energia nos termos e condições previstas neste ANEXO;

1.3.3. A execução dos serviços de Pós-Migração, incluindo representação da CONTRATANTE no ACL, capacitação de pessoal da CONTRATANTE, elaboração e disponibilização de relatórios de acompanhamento e demais encargos e planos previstos no item 5.3 deste ANEXO.

1.4. O OBJETO descrito neste TERMO DE REFERÊNCIA enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata o art. 6º, inciso XIII da Lei Federal 14.133/2021, sendo cabível a utilização da modalidade de licitação denominada pregão, de forma que seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, neste TERMO DE REFERÊNCIA.

1.5. O OBJETO contratado é disponível em mercado próprio, fornecido habitualmente, independentemente da demanda da Administração, de forma padronizada, sem a exigência de atendimento de qualquer especificidade ou variantes de adequação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

2.1. Atualmente, todas as unidades consumidoras da Prefeitura de São Paulo (PMSP) adquirem energia elétrica do mercado regulado cativo, que é fornecida e distribuída pela concessionária de energia elétrica local. Neste sistema, a PMSP fica submetida às tarifas determinadas pela ANEEL, sem qualquer possibilidade de negociação de preços. Além disso, o consumidor cativo fica exposto às bandeiradas tarifárias, que podem ser determinadas, entre outros fatores, de acordo com o volume de chuvas. Quando há a escassez hídrica, é necessário recorrer à produção de energia por meio de usinas termelétricas, geradoras que, além de ter um custo mais elevado, são em sua maioria de fontes não renováveis e, conseqüentemente, altamente poluentes.

2.2. A busca por fontes alternativas de energia e estratégias de mitigação das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”) é um compromisso do Município de São Paulo, evidenciado por planos e políticas, como o Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal nº. 17.975/2023) e Política Municipal de Mudança do Clima (Lei Municipal nº. 14.933/2009) e, mais recentemente, por meio da instituição, por meio da Portaria nº. 1.220/2023, de um grupo de trabalho voltado exclusivamente para realização de estudos e propostas relacionadas à aquisição de energia renovável no ACL.

2.3. Dessa forma, a presente contratação visa, por meio da migração de 193 (cento e noventa e três) UNIDADES CONSUMIDORAS do Ambiente de Contratação Regulado (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), contribuir para atender os seguintes objetivos do Programa Energia Limpa: (i) reduzir o valor das faturas de energia elétrica, promovendo previsibilidade orçamentária ao Município de São Paulo; (ii) viabilizar que mais de 50% (cinquenta por cento) do total da energia consumida pelos órgãos da administração direta do Município de São Paulo tenha sido gerado por meio de fontes renováveis; (iii) ser referência em parcerias em projetos de energia limpa no Brasil; (iv) ser o vetor de redução de emissões de CO₂ de fonte estacionária pela Prefeitura de São Paulo e (v) otimizar recursos e reduzir procedimentos institucionais, por meio da centralização dos serviços de gestão e compra de energia de diversos órgãos em apenas um único contrato.

2.4. Ademais, ao diversificar as modalidades de suprimento elétrico no atendimento ao consumo de energia de entidades municipais, de modo a ampliar o rol de possibilidades e atingir maior parcela do mercado potencial, a PMSP diminui a sua exposição a uma única forma de contratação e permite obter vantagens disponíveis no ACL. Entre elas, está a possibilidade de obter energia comprovadamente de origem renovável, em linha com ações de sustentabilidade e de preservação do meio ambiente, contribuindo com o combate às mudanças climáticas por meio do consumo de energia renovável. Além da estratégia sustentável, a vantajosidade econômica também se faz presente, tendo em vista que conforme evidenciado nos dados da ABRACEEL (2023)¹, a migração ao ACL permite uma economia média de 20% na fatura de energia elétrica. Quando se analisa experiências no setor público, esse número tende a ser ainda maior.

2.5. Nota-se, portanto, que a presente contratação é plenamente justificável e necessária na medida em que contribui para a consecução de dois objetivos fundamentais a serem perseguidos pela Administração Pública, quais sejam: (i) o dispêndio financeiro eficiente e responsável, e (ii) a implementação de ações de sustentabilidade e de preservação do meio ambiente, contribuindo com o combate às mudanças climáticas.

¹ ABRACEEL. Cartilha do Mercado Livre de Energia. Brasília/DF: Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - ABRACEEL, 2023.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. As características do fornecimento contratado e seus limites contratuais encontram-se dispostos na **Tabela 1 - Características da Energia Contratada nos LOTES** e nos itens a seguir:

Tabela 1 - Características da Energia Contratada nos LOTES

CARACTERÍSTICAS DA ENERGIA CONTRATADA	
Tipo	Incentivada, com ressarcimento mínimo de 50% na TUSD, com certificação de rastreabilidade confiável de carbono
Ponto de entrega	Submercado Sudeste/Centro-Oeste
SAZONALIDADE	Conforme termos do item 8.2.2 e seus subitens
FLEXIBILIDADE	± 20%
Modulação horária	Flat
Fator de Perdas	3%

Elaboração: SP Parcerias

3.2. O OBJETO licitado foi dividido em 2 (dois) LOTES, conforme discriminados na tabela abaixo e com detalhamento de sua composição no APÊNDICE ÚNICO deste ANEXO – DETALHAMENTO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS:

Tabela 6 - Descrição do LOTE 1

LOTE 1	
Entidade	Quantidade de UNIDADES CONSUMIDORAS
SUBPREFEITURA CIDADE ADEMAR	4
DIRETORIA REGIONAL DE EDUC SÃO MIGUEL	5
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BUTANTÃ	3
PMSP - SUBPREFEITURA DE SAO MATEUS	2
PMSP S ARICANDUVA FORMOSA CARRAO	4
PMSP S VILA MARIA VILA GUILHERME	1
PMSP- SUBPREFEITURA ITAQUERA	1
SUBPREFEITURA DE PIRITUBA - JARAGUA	1
PREFEITURA REGIONAL DE PINHEIROS	1
PREFEITURA REGIONAL SAO MIGUEL PAULISTA	2
PREFEITURA REGIONAL VILA PRUDENTE	1
SAO PAULO SECR MUNIC DE CULTURA	4
SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA	10
SAO PAULO SECRETARIA VERDE MEIO AMBIENTE	8
SEC MUN EDUCACAO - DRE GUAIANAZES	4
SEC MUNICIPAL DIREITOS HUMANOS CIDADANIA	2
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	30
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE UNIDADE DE VIGILANCIA	3
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO - SMG	1
SUBPREFEITURA BUTANTA	2
SUBPREFEITURA MOOCA	1
SUP USINA ASFALTO SPUA	2
Total	97

Elaboração: SP Parcerias

Tabela 3 - Descrição do LOTE 2

LOTE 2	
Entidade	Quantidade de UNIDADES CONSUMIDORAS
DIRETORIA REG DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS	6
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO PENHA	2
DRE - CAPELA DO SOCORRO	6
DRE - FREGUESIA/BRASILANDIA	1
DRE - IPIRANGA	2
DRE - PIRITUBA - JARAGUÁ	3
PMSP - SUBPREFEITURA SOCORRO	1
PREFEITURA REGIONAL FREGUESIA/BRASILAN DIA	1
PREFEITURA REGIONAL PENHA	2
SAO PAULO CAMARA MUNICIPAL	1
SAO PAULO PREFEITURA	1
SEC MUN EDUCACAO - DRE CAMPO LIMPO	9
SEC MUN EDUCACAO - DRE JAÇANA/TREMembÉ	1
SECR MUN INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS	1
SECR MUNICIPAL ASSISTENCIA DESEN SOCIAL	8
SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	14
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	1
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SF	1
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO TRABALHO E	2
SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	18
SUBPREFEITURA SANTANA TUCURUVI	1
DIR REGIONAL DE EDUCACAO - ITAQUERA	3
PMSP-SUBPREFEITURA GUAIANASES	1
SUBPREFEITURA PARELHEIROS	1
Total	96

Elaboração: SP Parcerias

3.3. A separação do OBJETO em 2 (dois) lotes se mostra viável e conveniente e tem por objetivos:

- i. preservar possíveis ganhos de escala para a CONTRATANTE por meio da contratação de um grande volume de energia, mantendo os lotes com dimensões próximas das práticas de mercado;
- ii. mitigar riscos de variação no consumo global de cada lote por meio da criação de um grupo diverso de UNIDADES CONSUMIDORAS; e
- iii. minimizar o prazo de migração das UNIDADES CONSUMIDORAS, permitindo a atuação de até duas CONTRATADAS simultaneamente.

3.4. O cronograma do Lote 1 contempla a ENERGIA CONTRATADA ANUAL prevista, baseando-se na média móvel de consumo do lote a partir dos dados de 2022 e 2023. Seus números consideram a sazonalidade e podem ser observados nas tabelas **Tabela 4** e **Tabela 5** a seguir:

Tabela 4 – Cronograma – Consumo mensal em MW médio no ACL– LOTE 1

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Média/ano
2024							0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00
2025	0,358901	0,740153	1,077985	1,657595	1,726623	2,076334	2,267812	2,625021	3,123087	3,408512	3,989531	4,360552	2,28
2026	4,306813	4,440915	4,311940	4,972786	4,143894	4,152667	3,887678	3,937532	4,164116	4,090214	4,352216	4,360552	4,26
2027	4,306813	4,440915	4,311940	4,972786	4,143894	4,152667	3,887678	3,937532	4,164116	4,090214	4,352216	4,360552	4,26
2028	4,306813	4,440915	4,311940	4,972786	4,143894	4,152667	3,887678	3,937532	4,164116	4,090214	4,352216	4,360552	4,26
2029	4,306813	4,440915	4,311940	4,972786	4,143894	4,152667	-	-	-	-	-	-	2,19

Elaboração: SP Parcerias

Tabela 5 – Consumo anual em MWh – LOTE 1

ANO	Mín/ano	Médio/ ano	MÁX/ano
2024	0,00000	0,00000	0,00000
2025	15.789,37	19.736,72	23.684,06
2026	29.445,88	36.807,35	44.168,82
2027	29.445,88	36.807,35	44.168,82
2028	29.445,88	36.807,35	44.168,82
2029	15.165,51	18.956,89	22.748,27
Total MWh	119.292,53	149.115,67	178.938,80

Elaboração: SP Parcerias

3.5. cronograma do Lote 2 contempla a ENERGIA CONTRATADA ANUAL prevista, baseando-se na média móvel de consumo do lote a partir dos dados de 2022 e 2023.

Seus números consideram a sazonalidade e podem ser observados nas tabelas **Tabela 6** e **Tabela 7** a seguir:

Tabela 6 - Cronograma – Consumo mensal em MW médio – LOTE 2

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Média/ano
2024							0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00
2025	0,366817	0,756477	1,101760	1,694154	1,764703	2,122127	2,317829	2,682916	3,191967	3,483686	4,077520	4,456724	2,33
2026	4,401801	4,538860	4,407040	5,082461	4,235288	4,244254	3,973421	4,024375	4,255956	4,180424	4,448204	4,456724	4,35
2027	4,401801	4,538860	4,407040	5,082461	4,235288	4,244254	3,973421	4,024375	4,255956	4,180424	4,448204	4,456724	4,35
2028	4,401801	4,538860	4,407040	5,082461	4,235288	4,244254	3,973421	4,024375	4,255956	4,180424	4,448204	4,456724	4,35
2029	4,401801	4,538860	4,407040	5,082461	4,235288	4,244254	-	-	-	-	-	-	2,24

Elaboração: SP Parcerias

Tabela 7 – Consumo anual em MWh – LOTE 2

ANO	Mín/ano	Médio/ ano	MÁX/ano
2024	0,00000	0,00000	0,00000
2025	16.137,61	20.172,01	24.206,41
2026	30.095,31	37.619,14	45.142,97
2027	30.095,31	37.619,14	45.142,97
2028	30.095,31	37.619,14	45.142,97
2029	15.499,99	19.374,99	23.249,98
Total MWh	121.923,54	152.404,42	182.885,31

Elaboração: SP Parcerias

3.6. Os quantitativos apresentados nas tabelas acima deverão respeitar o Cronograma de Migração, apresentado conforme item 6.4.2, e terão sua remuneração conforme mecanismos de pagamento, apresentados no item 8.

3.7. Os serviços deverão ser prestados nas UNIDADES CONSUMIDORAS, localizadas nos endereços indicados no APÊNDICE ÚNICO deste TERMO DE REFERÊNCIA, e deverão respeitar as diretrizes especificadas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

3.8. O consumo de energia será realizado pelas UNIDADES CONSUMIDORAS relacionadas no APÊNDICE ÚNICO deste TERMO DE REFERÊNCIA – DETALHAMENTO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS.

3.9. Desconto na TUSD e da rastreabilidade confiável de carbono

3.9.1. A CONTRATADA deverá fornecer energia elétrica incentivada e deverá obter o desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD de, no mínimo, 50%, e deverá efetuar os trâmites para que a CONTRATANTE obtenha tal ressarcimento.

3.9.2. Toda a energia contratada deverá possuir certificado que garanta a rastreabilidade confiável de carbono.

3.9.2.1. O montante de energia negociado no curto prazo referente aos excedentes que estejam acima de ou abaixo da FLEXIBILIDADE, observada a SAZONALIDADE, está dispensado da obtenção de rastreabilidade confiável de carbono.

3.9.2.2. A rastreabilidade confiável de carbono deverá ser garantida via certificações reconhecidas nacional ou internacionalmente com comprovações de que toda a energia consumida será proveniente de fontes renováveis.

4. DIRETRIZES GERAIS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A CONTRATADA será responsável por executar todas as atividades necessárias para a execução do OBJETO, bem como dar suporte técnico, administrativo e jurídico a todas as atividades e/ou obrigações da CONTRATANTE junto à CCEE, à ANEEL, à DISTRIBUIDORA e demais entidades envolvidas, tendo como objetivo o cumprimento das atividades atinentes à execução do CONTRATO.

4.1.1. Para fins de cumprimento do disposto no item 4.1, acima, a CONTRATADA será representante da CONTRATANTE, investida de poderes, outorgados mediante procuração nos termos do art. 653 do

Código Civil, conforme aplicável, para atuar junto à DISTRIBUIDORA, à CCEE ou a terceiros, e praticar atos que se façam necessários para o bom e fiel cumprimento do OBJETO da presente contratação.

4.1.2. Caso seja necessária a prática de atos diretamente pela CONTRATANTE e seus representantes legais para qualquer atividade relacionada à execução do OBJETO, a CONTRATADA deverá prestar toda assessoria necessária para tanto, realizando todas as diligências que se façam necessárias para o bom e fiel cumprimento da presente contratação.

4.2. A CONTRATADA deverá representar as UNIDADES CONSUMIDORAS por meio da figura de Comercializador Varejista disciplinada nos termos da Resolução Normativa ANEEL Nº 1.011/2022 e Resolução Normativa ANEEL Nº 1.012/2022, ou as que vierem a substituí-las.

4.2.1. A CONTRATADA é responsável, no exercício da função descrita no subitem acima, pela execução de todos os encargos, obrigações e responsabilidades dispostos neste ANEXO, devendo pautar sua atuação pelas diretrizes, encargos e obrigações elencadas no CONTRATO e neste ANEXO.

4.3. A CONTRATADA deve observar todos os módulos e submódulos dos Procedimentos de Comercialização da CCEE, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.012, de 29 de março de 2022, ou outra que vier a substituí-la.

4.4. A CONTRATADA é responsável por garantir o suprimento no ACL de todas as UNIDADES CONSUMIDORAS elencadas no APÊNDICE ÚNICO deste ANEXO – DETALHAMENTO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS, ao longo de todo o período do CONTRATO.

4.5. A CONTRATADA deverá executar todos os serviços e dispor de todos os recursos humanos, itens, materiais, equipamentos e insumos necessários para garantir o cumprimento dos encargos nos parâmetros e quantitativos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, em estrito atendimento ao OBJETO da contratação.

4.6. A CONTRATADA deverá submeter-se a toda e qualquer regulamentação do setor, de caráter geral ou que venha a ser estabelecida pela ANEEL, instruções da CCEE, normas técnicas da DISTRIBUIDORA e demais regulações pertinentes.

4.7. Nos casos omissos, a CONTRATADA deverá solicitar orientação da CONTRATANTE.

5. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

5.1. A execução do OBJETO pela CONTRATADA deverá ter início após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO e se dividirá nas seguintes Etapas:

- i. Etapa de Pré-Migração; e
- ii. Etapa Pós-Migração.

5.2. Etapa Pré-Migração

5.2.1. Como condição necessária para o fornecimento de energia elétrica incentivada, a CONTRATADA deverá efetuar a migração de todas as UNIDADES CONSUMIDORAS ao ACL e executar, por sua conta e risco, os serviços de pré-migração conforme as contingências que cada local exigir, os serviços de engenharia, gestão, assessoria e consultoria para o ingresso ao ACL.

5.2.2. A CONTRATADA será responsável pela assessoria no processo de adesão e representação da CONTRATANTE perante a CCEE, nos termos previstos na legislação e atos normativos vigentes, contemplando a realização das atividades abaixo:

- a) Auxiliar a CONTRATANTE no levantamento e preparação de toda a documentação necessária, bem como auxílio no cumprimento das regras e procedimentos de comercialização para a adesão à CCEE, na qualidade de agente da entidade, garantindo assessoria técnica e jurídica na migração ao ACL;
- b) Acompanhar a análise da CCEE referente à documentação enviada para adesão e apoio no caso de identificação de pendências;
- c) Manter cadastro regular nos sistemas da CCEE, tais quais o Painel de Operação, acesso à Divulgação de Resultados e Informações – DRI para levantamento do preço em vigor do percentual de redução na TUSD, conforme exigido no item 8.3.10, entre outros;
- d) Efetuar a modelagem das cargas no Sistema de Contabilização e Liquidação (CliqCCEE); e
- e) Efetuar e ser responsável pela abertura de conta no banco custodiante, determinado pela CCEE.

5.2.3. A CONTRATADA será responsável pela assessoria à migração do ACR para o ACL, incluindo a realização dos procedimentos necessários junto à DISTRIBUIDORA e das atividades, intervenções, obras e quaisquer obrigações necessárias para possibilitar a migração das UNIDADES CONSUMIDORAS da CONTRATANTE para o ACL, contemplando a realização das atividades abaixo:

- a) Denúncia dos contratos de compra de energia regulada pelas UNIDADES CONSUMIDORAS, conforme item 5.2.4, e demais procedimentos a serem efetuados junto à DISTRIBUIDORA;
- b) Levantamento de débitos em aberto de todas as UNIDADES CONSUMIDORAS, conforme item 5.2.5; e

c) Adaptação do SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO, conforme item 5.2.6.

5.2.4. Denúncia dos contratos e demais procedimentos a serem efetuados junto à DISTRIBUIDORA

5.2.4.1. Para a denúncia dos contratos vigentes entre DISTRIBUIDORA e CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá levantar as datas de vencimento de todos os contratos vigentes de todas as UNIDADES CONSUMIDORAS junto à DISTRIBUIDORA, de forma a atender o prazo máximo de migração conforme item 9.2.

5.2.4.2. As denúncias dos contratos com a DISTRIBUIDORA somente poderão ser feitas após a aprovação do Plano de Migração, conforme prazo do item 9.1.

5.2.4.2.1. Caso a CONTRATADA comprove que a denúncia de determinada UNIDADE CONSUMIDORA antes do Plano de Migração seja capaz de promover celeridade ao processo de migração, excepcionalmente, a CONTRATANTE poderá autorizar a CONTRATADA a efetuar a denúncia da respectiva UNIDADE CONSUMIDORA, desde que isso não implique no descumprimento de qualquer obrigação deste EDITAL e seus ANEXOS.

5.2.4.3. A CONTRATANTE envidará os melhores esforços para disponibilizar à CONTRATADA os contratos vigentes de compra de energia regulada das UNIDADES CONSUMIDORAS em até 20 (vinte) dias após a data da ORDEM DE SERVIÇO.

5.2.4.3.1. Na impossibilidade de disponibilização à CONTRATADA dos contratos vigentes de compra de energia regulada das UNIDADES CONSUMIDORAS, na forma do item 5.2.4.3 acima, a CONTRATANTE conferirá, à CONTRATADA, poderes de representação suficientes para adotar todas as medidas necessárias, extrajudiciais ou judiciais, para obtenção, junto à DISTRIBUIDORA, dos contratos vigentes.

5.2.4.3.2. A CONTRATADA deverá documentar e manter registro dos pedidos e medidas adotadas para obtenção dos contratos vigentes junto à DISTRIBUIDORA.

5.2.4.4. A CONTRATADA deverá atentar-se aos prazos de vigência dos contratos de compra de energia regulada das UNIDADES CONSUMIDORAS, bem como às cláusulas que versam sobre o encerramento contratual, de modo a eliminar possíveis multas ou quaisquer cobranças por rescisão antecipada.

5.2.4.5. A CONTRATADA deverá planejar o processo de migração ao ACL, conforme apresentado no Plano de Migração, item 6.4, de maneira a impossibilitar o consumo de energia elétrica sem lastro ou a falha em migrar ao ACL, afastando a incidência de cobranças adicionais ou multas decorrentes.

5.2.4.6. A CONTRATADA deverá executar todas as determinações e procedimentos estabelecidos pela DISTRIBUIDORA, arcando com as despesas e obrigações operacionais, incluindo o envio do Termo de Pactuação, à assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição no Ambiente Livre, ao envio do diagrama unifilar da UNIDADE CONSUMIDORA, entre outros e quaisquer demais procedimentos necessários para a efetiva migração ao ACL perante a DISTRIBUIDORA.

5.2.5. Levantamento de eventuais débitos em aberto

5.2.5.1. A CONTRATADA deverá identificar e reportar à CONTRATANTE a existência de quaisquer débitos em aberto de todas as UNIDADES CONSUMIDORAS com a DISTRIBUIDORA e apresentá-los de forma detalhada no Plano de Migração, discriminando, no mínimo, o mês de referência para pagamento dos débitos em aberto e a respectiva UNIDADE CONSUMIDORA.

5.2.5.2. A CONTRATADA deverá repassar a cobrança emitida pela DISTRIBUIDORA e fornecer o prazo de pagamento à CONTRATANTE, devendo considerar um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a efetivação do pagamento a ser feito pela CONTRATANTE.

5.2.5.2.1. Caso o vencimento da cobrança emitida pela DISTRIBUIDORA seja menor do que o prazo exigido acima, a CONTRATADA deverá solicitar nova cobrança com novo prazo, de forma a permitir o prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a efetivação do pagamento a ser feito pela CONTRATANTE, a contar da data do envio da primeira cobrança à CONTRATANTE.

5.2.5.3. No contexto de pagamento de débitos em aberto, a CONTRATADA deverá enviar o boleto de cobrança emitido pela DISTRIBUIDORA, sendo o pagamento feito diretamente pela CONTRATANTE à DISTRIBUIDORA, respeitado o período de exercício orçamentário.

5.2.5.4. No caso de impossibilidade de realização do pagamento dos débitos em aberto no prazo previsto no item 5.2.5.2, a CONTRATANTE poderá requisitar a realocação da(s) respectiva(s) UNIDADE CONSUMIDORA(S) no Plano de Migração ou, alternativamente, a sua supressão do OBJETO contratado, nos termos do CONTRATO, respeitado o período de exercício orçamentário.

5.2.6. Adaptação do Sistema de Medição para Faturamento – SMF.

5.2.6.1. A CONTRATADA será responsável por executar todas as obras necessárias à adequação dos SISTEMAS DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO e manter os equipamentos em plenas condições de funcionamento e de acessibilidade até o final da contratação.

5.2.6.2. Todas as obras de adequação deverão seguir as normas e procedimentos da DISTRIBUIDORA, da CCEE, da legislação do setor e demais normativas vigentes, sendo obrigatório o acompanhamento das obras por engenheiro eletricista e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (“ART”), salvo em disposição normativa contrária.

5.2.6.3. A CONTRATADA é responsável pelo cumprimento dos devidos requisitos técnicos, bem como pelo pagamento de eventuais despesas adicionais de obras, custos com equipamentos e demais adaptações em caso de necessidade de adequações, reformas ou instalações relativas ao SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO.

5.2.6.4. A CONTRATADA deverá finalizar todas as obras de adequação e obter todas as permissões e autorizações necessárias nas entidades competentes, como a CCEE, DISTRIBUIDORA ou qualquer outro órgão necessário, para conclusão da migração da respectiva UNIDADE CONSUMIDORA.

5.2.6.5. A CONTRATADA é responsável por comunicar à CONTRATANTE e à CCEE quaisquer intervenções preventivas ou corretivas realizadas no SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO.

5.2.6.6. Caso seja necessário desligamento de subestação, caberá à CONTRATANTE realizar tal procedimento e estabelecer o período em que o sistema poderá ser desligado.

5.2.6.6.1. Na hipótese do item 5.2.6.6, a CONTRATADA deverá comunicar os desligamentos à CONTRATANTE com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas e poderão ser executados somente após expressa autorização da CONTRATANTE.

5.2.6.6.2. Na hipótese do item 5.2.6.6, a CONTRATADA deverá apresentar documento constando o plano de desligamento de subestação, descrevendo as atividades previstas, sua duração e a previsão de ligamento da subestação.

5.2.6.6.3. Na hipótese do item 5.2.6.6, caso o desligamento de subestação interfira em unidades e serviços essenciais, tais quais unidades hospitalares, a CONTRATADA deverá fornecer infraestrutura necessária para a continuidade do fornecimento de eletricidade por meio de

geradores móveis, para unidades que possuam geradores insuficientes ou não possuam geradores.

5.2.6.6.4. Os custos decorrentes da infraestrutura necessária referida para execução dos serviços previstos nos subitens acima são de responsabilidade da CONTRATADA.

5.2.6.7. É responsabilidade da CONTRATADA quaisquer penalidades aplicadas por quaisquer órgãos, entidades ou agências reguladoras relacionadas à medição do consumo nas UNIDADES CONSUMIDORAS, como inconsistências na apuração, dados faltantes ou medidores não coletados.

5.2.7. Conclusão dos Serviços de Migração

5.2.7.1. A CONTRATADA, enquanto Comercializadora Varejista, deverá seguir todas as exigências previstas na legislação e processos da CCEE para a efetiva migração ao ACL.

5.2.7.2. A CONTRATADA deverá garantir que o encerramento dos contratos de compra de energia regulada junto à DISTRIBUIDORA se dê em tempo hábil e compatível com o início dos contratos de comercialização de energia no ACL, de modo a evitar incidência de multas, sanções ou quaisquer encargos financeiros devido ao consumo de energia sem lastro.

5.2.7.2.1. A CONTRATADA será responsável por eventuais multas, sanções ou quaisquer encargos financeiros decorridos do disposto no item supra, isentando a CONTRATANTE de quaisquer cobranças adicionais.

5.2.7.3. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE da conclusão da migração de uma ou de conjunto de UNIDADES CONSUMIDORAS no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

5.3. Etapa Pós-Migração e execução de Serviços Associados

5.3.1. A CONTRATADA, enquanto representante da CONTRATANTE, deverá executar todas as atividades necessárias a fim de garantir o fornecimento de energia proveniente do ACL, bem como pela gestão dos contratos de comercialização no ACL, registro na CCEE e garantia de lastro a todas as UNIDADES CONSUMIDORAS durante todo o período de vigência do CONTRATO, incluindo quaisquer negociações de excedentes de energia que estejam acima ou abaixo do volume contratado.

5.3.2. Na execução das atividades indicadas no item anterior, a CONTRATADA deverá:

a) Gerenciar mensalmente o montante de energia registrado na CCEE para as UNIDADES

CONSUMIDORAS;

- b)** Ser responsável pela gestão completa dos contratos de comercialização no ACL, observando os ciclos contratuais;
- c)** Ser responsável pelo pagamento de quaisquer faturas da CCEE que incidam sobre a CONTRATADA;
- d)** Executar as atividades de registro, validação, ajustes e demais atividades perante a CCEE;
- e)** Ser responsável pelo cumprimento de quaisquer obrigações e encargos pactuados nos contratos de comercialização no ACL para suprimento das UNIDADES CONSUMIDORAS, inclusive quaisquer multas ou incidência de penalidades;
- f)** Participar das assembleias, audiências e demais reuniões da CCEE que sejam atinentes ao OBJETO da contratação, representando a CONTRATANTE; e
- g)** Fornecer apoio a CONTRATANTE junto aos órgãos reguladores no âmbito da contratação.

5.3.2.1. Os contratos negociados deverão ser apresentados à CONTRATANTE mediante cópia digital do contrato físico ou cópia das telas de registro do contrato no sistema de gestão da CCEE e deverão estar disponíveis na Plataforma de Gestão de Energia, conforme previsto no item 5.3.5.

5.3.3. Readequação tarifária

5.3.3.1. A CONTRATADA é responsável por garantir a otimização da DEMANDA CONTRATADA das UNIDADES CONSUMIDORAS, minimizando os custos de tal tarifa para a CONTRATANTE.

5.3.3.2. A CONTRATADA deverá determinar o montante de DEMANDA CONTRATADA para cada uma das UNIDADES CONSUMIDORAS de modo a reduzir este custo na fatura de energia da CONTRATANTE.

5.3.3.3. A CONTRATADA é responsável por realizar os trâmites perante a DISTRIBUIDORA para confirmar o quantitativo de DEMANDA CONTRATADA, bem como solicitar eventuais ajustes que se façam necessários.

5.3.3.4. A CONTRATADA é responsável por realizar estudos para determinar a DEMANDA CONTRATADA ótima para cada uma das UNIDADES CONSUMIDORAS.

5.3.3.5. Em adição à otimização da DEMANDA CONTRATADA, a CONTRATADA poderá, justificadamente, apresentar à CONTRATANTE proposta de eventuais alterações nas modalidades

tarifárias das UNIDADES CONSUMIDORAS, incluindo mudança do grupo tarifário, sendo sua responsabilidade a realização dos trâmites perante a DISTRIBUIDORA para tal alteração.

5.3.4. Treinamentos

5.3.4.1. A CONTRATADA deverá, em até 30 (trinta) dias da emissão da ORDEM DE SERVIÇO, realizar treinamento inicial para capacitação dos servidores indicados pela CONTRATANTE, em data a ser alinhada entre as PARTES.

5.3.4.2. O programa de treinamento deverá conter no mínimo, as seguintes abordagens:

a) Mercado Livre de Energia – Visão Geral:

- i.** Sistema elétrico brasileiro, apresentando o ciclo de geração, transmissão, distribuição, até o ponto de consumo de energia, agência reguladora e atores envolvidos;
- ii.** Ambientes de contratação, diferenças entre o ACL e o ACR, consumidores livres, consumidores incentivados, agentes e CCEE;
- iii.** Formas de contratação;
- iv.** Mercado SPOT e PLD;
- v.** Estudos de atratividade;
- vi.** Contratos de comercialização no ACL de curto prazo, longo prazo, gestão de riscos e de oportunidades; e
- vii.** Formação de preços regulados e de mercado.

b) Mercado Livre de Energia – Migração:

- i.** Atores envolvidos;
- ii.** Requisitos;
- iii.** Atratividade;
- iv.** Documentação necessária;
- v.** Aportes, garantias, contribuições e penalidades;
- vi.** Principais procedimentos e obrigações dos agentes para com a CCEE;
- vii.** Migração;
- viii.** Adequação do SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO; e
- ix.** Especificidades para a administração pública municipal.

c) Mercado Livre de Energia – Contabilização:

- i.** Contratos bilaterais, flexibilidade, sazonalidade, modulação e Fator de Perdas;

- ii. Consumo médio;
- iii. Patamares de carga e contabilização semanal e mensal; e
- iv. Acompanhamento do consumo.

d) Mercado Livre de Energia – Sistemas CCEE

- i. Visão geral (contratos, garantia e liquidação financeira, medição física e contábil, cadastro, funcionamento, requisitos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) dentre outros); e
- ii. Tendências regulatórias.

5.3.4.3. A ordem de apresentação dos temas poderá ser alterada pela CONTRATADA, bem como eventual divisão do treinamento em blocos de conteúdo.

5.3.4.4. Em caso de opção pelo treinamento presencial, a infraestrutura física para o treinamento será fornecida pela CONTRATANTE.

5.3.4.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar o material do curso em formato digital.

5.3.4.6. A CONTRATADA deverá reaplicar o treinamento, no mínimo, a cada 1 (um) ano, nos moldes indicados acima, incorporando eventuais atualizações que impactem o setor.

5.3.5. Plataforma de Gestão de Energia

5.3.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, manter e gerenciar a Plataforma de Gestão de Energia online, via website e, a seu critério, também via aplicativo para telefones móveis, com informações em tempo real, de maneira a permitir o acompanhamento pela CONTRATANTE da gestão do OBJETO da contratação.

5.3.5.2. A CONTRATADA deverá estruturar a Plataforma de Gestão de Energia contendo, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

a) Contratos de comercialização no ACL, de acesso restrito:

- i. Cópia dos contratos de comercialização no ACL no curto, médio e longo prazo;
- ii. Dados de energia com rastreabilidade de carbono;
- iii. Prazo de duração (vigência e período de fornecimento);
- iv. Fornecedor;
- v. Montante/Volumes totais de energia contratada em cada período;
- vi. Flexibilidades de Volumes (Modulação e Sazonalização);

- vii. Preços e índice de reajuste por período para períodos maiores que 12 (doze) meses;
- viii. Determinação de consumo/Volumes mínimo e máximo (Take or Pay);
- ix. Condições de pagamentos; e
- x. Garantias.

b) Medição, de acesso restrito:

- i. Consumo das UNIDADES CONSUMIDORAS, por dia, com base em leitura do SMF automatizada e remota; e
- ii. DEMANDA CONTRATADA e demanda faturada, por UNIDADE CONSUMIDORA, por mês.

c) Faturamento de excedentes, de acesso restrito:

- i. Energia excedente, conforme itens 8.3.5 e 8.3.6; e
- ii. PLD mensal.

d) Treinamentos, de acesso restrito:

- i. Material utilizado para a consecução do treinamento.

e) Área de comunicação com a CONTRATANTE, de acesso restrito:

- i. Cópias de contratos, pedidos, e quaisquer outros documentos solicitados ou fornecidos aos agentes, órgãos e demais entidades envolvidas;
- ii. atas simplificadas de reuniões entre CONTRATANTE e CONTRATADA;
- iii. atas simplificadas de assembleias, audiências, apresentações e demais reuniões entre a CONTRATADA e quaisquer órgãos reguladores, entidades e demais atores envolvidos;
- iv. descrição de eventuais dificuldades na interação com os agentes que possuam interface com a contratação; e
- v. Canal de comunicação online entre as PARTES.

f) Área dedicada à extração dos Relatórios elencados no item 2.6.1, de acesso restrito;

g) Seção de dados públicos, de acesso irrestrito:

- i. Custos e benefícios econômicos relativos à economia obtida, comparados com as contratações convencionais e com o mercado regulado de energia; e
- ii. Benefícios ambientais obtidos por meio das atividades atinentes ao presente OBJETO, incluindo contador que exiba quantitativo da redução de emissões de CO₂, e respectiva equivalência com relação a árvores plantadas e emissão de automóveis.

5.3.5.3. As áreas de acesso restrito da Plataforma de Gestão de Energia deverão ser acessíveis por meio de cadastro de usuário e senha, disponibilizados aos FISCALIS DO CONTRATO, à CONTRATANTE e a usuários por eles autorizados.

5.3.5.4. A inclusão de relatórios, emolumentos, planos, certificados ou quaisquer documentos e comunicações na Plataforma de Gestão de Energia não eximem a CONTRATADA da obrigação de enviá-los formalmente, via e-mail ou entrega física, à CONTRATANTE.

5.3.5.5. A Plataforma de Gestão de Energia deverá ser disponibilizada conforme prazo definido no item 9.1.3.

5.3.5.6. A Plataforma de Gestão de Energia deverá ter disponibilidade ininterrupta, com acesso disponível durante 24 (vinte e quatro) horas por dia.

6. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MIGRAÇÃO E O RELATÓRIO DE GESTÃO DE ENERGIA

6.1. A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar à CONTRATANTE o Plano de Migração, conforme item 6.4, e o Relatório de Gestão de Energia, conforme item 6.5.

6.1.1. A elaboração e apresentação dos documentos indicados acima não exige a CONTRATADA de apresentar os demais projetos, planos e relatórios exigidos pelos órgãos competentes.

6.2. A CONTRATANTE pode, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos sobre o Plano de Migração e o Relatório de Gestão de Energia.

6.2.1. Solicitado o pedido de esclarecimento, a CONTRATANTE terá 5 (cinco) dias úteis para providenciar esclarecimentos.

6.3. O Plano de Migração e o Relatório de Gestão de Energia deverão ser apresentados em meio digital, editável, em formato .csv, .doc, .docx, .xls, .xlsx e em versão .pdf, ou em outra forma previamente acordada entre as PARTES.

6.4. Plano de Migração

6.4.1. A CONTRATADA será responsável por elaborar e conduzir o Plano de Migração, o qual deve contemplar o planejamento para a migração das UNIDADES CONSUMIDORAS para o ACL e compreender, no mínimo, os seguintes itens:

a) Cronograma de Migração ao ACL, conforme item 6.4.2;

- b)** Relação de todos os documentos necessários para a efetivação da migração, destacando-se os relativos aos trâmites com a DISTRIBUIDORA e adesão à CCEE, discriminando os documentos que devem ser apresentados pela CONTRATANTE;
- c)** Listagem dos demais eventuais documentos adicionais que deverão ser preenchidos pela CONTRATADA e quais deverão ser preenchidos pela CONTRATANTE; e
- d)** Especificação de custos relacionados à migração (apresentação detalhada de eventuais débitos em aberto, emolumentos, taxas previstas etc.).

6.4.2. Cronograma de Migração

6.4.2.1. Como documento integrante do Plano de Migração, a CONTRATADA deverá elaborar o Cronograma de Migração, o qual deve contemplar as etapas, prazos, custos e outras especificidades necessárias para a migração de cada UNIDADE CONSUMIDORA ao ACL, contendo, no mínimo:

- a)** Datas de vencimento dos contratos com a DISTRIBUIDORA no ambiente regulado e data prevista para a denúncia dos contratos, conforme item 5.2.4, de forma que não incidam penalidades por rescisão antecipada, conforme prazos do item 9.2 e de seus subitens;
- b)** Planejamento e prazos para adequação do SMF das UNIDADES CONSUMIDORAS, incluindo obras, projetos, diagramas unifilares, planilhas orçamentárias e Anotação de Responsabilidade Técnica (“ART”), respeitando as diretrizes constantes no item 5.2.6;
- c)** Data prevista para a migração ao ACL;
- d)** Estimativa da data de vencimento dos boletos de eventuais débitos em aberto, quando houver, conforme item 5.2.5; e
- e)** GRUPOS DE MIGRAÇÃO, conforme itens 9.2.2 e 9.2.3.

6.5. Relatório de Gestão de Energia

6.5.1. A CONTRATADA deverá entregar, por meio de e-mail institucional e com cópia disponível na Plataforma de Gestão de Energia, o Relatório de Gestão de Energia, a ser disponibilizado trimestralmente, com a primeira emissão ocorrendo até o décimo dia útil da migração da primeira UNIDADE CONSUMIDORA.

- 6.5.1.1.** O Relatório de Gestão de Energia deverá ser disponibilizado na Área dedicada à extração dos Relatórios da Plataforma de Gestão de Energia, conforme previsto no item 5.3.5.2 “e”.

6.5.1.2. Os relatórios entregues pela CONTRATADA deverão ser estruturados com formato e layout padronizados, de modo a possibilitar análises comparativas ao longo do prazo da contratação.

6.5.1.3. Os relatórios deverão ser mantidos e disponibilizados na Plataforma de Gestão de Energia, em documentos .csv, .xls, .xlsx, .doc, .docx e/ou .pdf, ao longo de todo o período da contratação.

6.5.1.4. O Relatório de Gestão de Energia deverá ser elaborado de modo a fornecer, no mínimo, as seguintes informações:

a) dados dos contratos de comercialização no ACL, no longo e no curto prazo, para suprimento das UNIDADES CONSUMIDORAS da CONTRATANTE, constando, no mínimo:

- i.** o número de registro do contrato no sistema da CCEE;
- ii.** período de fornecimento, com data de início e data de término;
- iii.** o tipo de energia;
- iv.** o montante negociado, em MW médios e MWh; e
- v.** dados que permitam a verificação da rastreabilidade de carbono da energia contratada e da obtenção de energia incentivada 50%, conforme item 3.9.2.

b) Dados e gráficos de consumo, DEMANDA CONTRATADA, demanda faturada e ultrapassagem de DEMANDA CONTRATADA das UNIDADES CONSUMIDORAS;

c) PLD médio do mês de referência para o submercado Sudeste / Centro-Oeste, conforme fornecido pela CCEE;

d) Resultados das ações de rastreabilidade confiável de carbono e eventuais outras medidas de impacto socioambiental positivo, conforme previsto no item 3.9.2;

e) Comprovantes de recolhimento das contribuições sociais e previdenciárias (Imposto de Renda, FGTS, INSS e PIS) referentes à contratação e aos empregados envolvidos na execução do OBJETO; e

f) Demonstrativo de Receita Bruta mensal, juntando as Notas Fiscais/Faturas referentes ao faturamento da CONTRATADA.

7. ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da entrega do OBJETO serão realizados pela CONTRATANTE.

7.1.1. O acompanhamento e a fiscalização poderão ser realizados diretamente pela CONTRATANTE, ou por empresa ou entidade por ela designada, especificamente para este fim.

7.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais FISCALIS DO CONTRATO, representantes da SEGES especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

7.2. A CONTRATADA deverá indicar, até a data de assinatura do CONTRATO, um profissional que será responsável pela interlocução com a CONTRATANTE e que deverá ser mantido durante todo o período do CONTRATO.

7.2.1. Em caso de substituição do profissional indicado no subitem anterior, a CONTRATADA deverá indicar o novo profissional à CONTRATANTE.

7.3. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

7.4. Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos bens, de modo a permitir, a tempo e, por escrito, apresentar à CONTRATANTE, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do CONTRATO.

7.5. A atuação fiscalizadora da CONTRATANTE em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que tange à energia adquirida, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos.

7.6. A CONTRATANTE manifestar-se-á, por escrito, sobre os relatórios e demais elementos fornecidos pela CONTRATADA, bem como solicitará da mesma forma as providências necessárias à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos serviços, num prazo de até 3 (três) dias úteis.

7.7. Os FISCALIS DO CONTRATO serão responsáveis pela conferência da energia medida e da energia faturada nos termos da nota fiscal/fatura emitida e ateste mensal do recebimento do OBJETO, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de liquidações e pagamentos.

7.8. Os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas somente serão realizados após o aceite dos FISCALIS DO CONTRATO.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Medição

8.1.1. A CONTRATADA obterá a medição da energia consumida por meio do sistema de coleta de dados de energia – SCDE, ou aquele que vier a substituí-lo, dentro dos prazos previstos nas regras e procedimentos de comercialização determinados pela CCEE.

8.1.2. As quantidades registradas no medidor do ponto de medição devem ser, mensalmente, ajustadas pelo acréscimo do fator de perdas e abatidas da quota do PROINFA, para fins de determinação da energia mensal faturável.

8.1.3. A CONTRATANTE, no que lhe competir, permitirá amplo acesso às suas instalações às representantes da CONTRATADA, da CCEE, da ANEEL e/ou qualquer terceiro por estes indicados, com vistas a assegurar que as medições efetuadas reflitam com precisão o fornecimento da energia consumida, bem como estejam em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis.

8.1.4. A CONTRATANTE poderá solicitar que a DISTRIBUIDORA dê acesso à CONTRATADA:

- a) Para instalação de dispositivo que realize a leitura remota da memória de massa dos medidores de energia elétrica, caso solicitado; e
- b) Acesso físico aos ativos de medição, mediante solicitação.

8.2. Elementos para cálculo do Faturamento

8.2.1. Flexibilidade

8.2.1.1. A CONTRATADA é responsável por garantir o suprimento de energia limpa ao PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA caso o consumo mensal realizado das UNIDADES CONSUMIDORAS seja maior ou igual a 80% (oitenta por cento), ou menor ou igual a 120% (cento e vinte por cento) da ENERGIA CONTRATADA ANUAL, observada a SAZONALIDADE e o consumo mensal médio disposto nos itens 3.4 e 3.5.

8.2.1.2. Se a ENERGIA CONSUMIDA for inferior a 80% (oitenta por cento) do quantitativo previsto para um referido mês, observada a SAZONALIDADE, a CONTRATADA será responsável por realizar a

cessão do excedente, ou liquidação a PLD, do quantitativo entre os 80% (oitenta por cento) da ENERGIA CONTRATADA MENSAL e o consumo verificado, sendo remunerada conforme item 8.3.6.

8.2.1.3. Se a ENERGIA CONSUMIDA for superior a 120% (cento e vinte por cento) do quantitativo previsto para um referido mês, observada a SAZONALIDADE, a CONTRATADA será responsável por adquirir a energia resultante da diferença entre o consumo verificado e o montante referente a 120% (cento e vinte por cento) da ENERGIA CONTRATADA MENSAL no mercado de curto prazo, sendo remunerada conforme item 8.3.5.

8.2.2. Sazonalidade

8.2.2.1. A quantidade mensal média de energia que a CONTRATADA deverá adquirir para fins do fornecimento do OBJETO será obtida pela multiplicação da ENERGIA CONTRATADA MENSAL pelo valor de SAZONALIDADE do respectivo mês, observadas as bandas de FLEXIBILIDADE.

8.2.2.2. Os percentuais que servirão de subsídio para a SAZONALIDADE do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) ano estão dispostos na tabela adiante:

Tabela 8 – Sazonalidade a ser considerada no ano 1

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
101,09%	104,24%	101,21%	116,72%	97,27%	97,47%	91,25%	92,42%	97,74%	96,01%	102,16%	102,35%

Elaboração: SP Parcerias

8.2.2.3. A SAZONALIDADE deverá ser atualizada a cada 12 (doze) meses da data da ORDEM DE SERVIÇO do CONTRATO e deverá ser calculada na forma exposta no item 8.2.2.3.1. e 8.2.2.4.

8.2.2.3.1. A SAZONALIDADE Anual será obtida por meio da normalização dos dados de consumo de energia efetivamente realizados ao longo de um ano.

8.2.2.3.2. O conceito a ser considerado é o de normalização da média de uma série sazonal, e consiste no ajuste da média dos indicadores mensais ao longo de um ano, ou seja, 12 meses consecutivos, de forma que a média destes seja igual a 100%. Desta forma, a média de consumo ao longo do ano da ENERGIA CONTRATADA ANUAL sazonalizada é igual a média da ENERGIA CONTRATADA ANUAL não sazonalizada.

8.2.2.3.3. A metodologia de cálculo da SAZONALIDADE deve seguir as seguintes etapas:

I. Apuração do fator k:

$$\frac{\sum_{i=1}^{12} \left(\frac{C_i}{E}\right)}{12} * k = 100\% \Rightarrow k = \frac{12}{\sum_{i=1}^{12} \left(\frac{C_i}{E}\right)}$$

Em que,

k é o fator de normalização;

C_i é o valor do consumo real de energia observado em cada mês (i) do ano;

E é a ENERGIA CONTRATADA MENSAL.

II. Apuração do fator S_i para cada um dos 12 meses do ano:

$$S_i = \frac{C_i}{E} * k$$

Em que,

S_i representa o fator sazonal do mês i para um ano observado;

C_i é o valor do consumo real de energia observado em cada mês (i) do ano;

E é a ENERGIA CONTRATADA MENSAL;

k é o fator de normalização, variável estimada na etapa anterior.

8.2.2.4. O cálculo da SAZONALIDADE deverá ser realizado, para cada ano de vigência do CONTRATO, conforme a seguir:

8.2.2.4.1. Para o Ano 1: A SAZONALIDADE dos meses deve ser igual aos percentuais da **Tabela 8**;

8.2.2.4.2. Para o Ano 2: A SAZONALIDADE deve ser calculada por meio da média ponderada entre:

- a) Os fatores S_i apurados para o Ano 1, conforme item 8.2.2.3.1, com peso equivalente a 1 (um); e
- b) a SAZONALIDADE da Tabela 8, com peso equivalente a 3 (três).

8.2.2.4.3. Para o Ano 3: A SAZONALIDADE deve ser calculada por meio da média ponderada entre:

- a) Os fatores S_i apurados para o Ano 1, conforme item 8.2.2.3.1, com peso equivalente a 1 (um);
- b) Os fatores S_i apurados para o Ano 2, conforme item 8.2.2.3.1, com peso equivalente a 1 (um); e
- c) a SAZONALIDADE da **Tabela 8**, com peso equivalente a 3 (três).

8.2.2.4.4. Para o Ano 4: A SAZONALIDADE deve ser calculada por meio da média ponderada entre:

- a) Os fatores S_i apurados para o Ano 1, conforme item 8.2.2.3.1, com peso equivalente a 1 (um);
- b) Os fatores S_i apurados para o Ano 2, conforme item 8.2.2.3.1, com peso equivalente a 1 (um);
- c) Os fatores S_i apurados para o Ano 3, conforme item 8.2.2.3.1, com peso equivalente a 1 (um); e
- d) a SAZONALIDADE da **Tabela 8**, com peso equivalente a 2 (dois).

8.2.2.4.5. Para o Ano 5: A SAZONALIDADE deve ser calculada por meio da média ponderada entre:

- a) Os fatores S_i apurados para o Ano 1, conforme item 8.2.2.3.1, com peso equivalente a 1 (um);
- b) Os fatores S_i apurados para o Ano 2, conforme item 8.2.2.3.1, com peso equivalente a 1 (um);
- c) Os fatores S_i apurados para o Ano 3, conforme item 8.2.2.3.1, com peso equivalente a 1 (um);
- d) Os fatores S_i apurados para o Ano 4, conforme item 8.2.2.3.1, com peso equivalente a 1 (um); e
- e) a SAZONALIDADE da **Tabela 8**, com peso equivalente a 1 (um).

8.3. Faturamento

8.3.1. A CONTRATADA deverá emitir a fatura conforme padrão GestãoNET, ou o que venha a substituí-lo, de acordo com o fornecido e informado pela CONTRATANTE.

8.3.2. A energia consumida medida no mês contratual deverá considerar, para fins de faturamento, o acréscimo do fator de perdas conforme exposto na cláusula **3.1**, de 3%, e o abatimento do volume de energia contratada no PROINFA, sendo desta forma apurada a ENERGIA MENSAL FATURÁVEL.

8.3.3. O faturamento será realizado mensalmente, a partir do primeiro mês após a migração de cada UNIDADE CONSUMIDORA, devendo ser emitida uma nota fiscal/fatura contendo o valor total a ser faturado pela CONTRATADA e a discriminação do valor e do consumo total de cada UNIDADE CONSUMIDORA, discriminando os tributos, em conformidade com a quantidade da ENERGIA MENSAL FATURÁVEL, em Megawatts hora (MWh).

8.3.4. Caso a ENERGIA MENSAL FATURÁVEL esteja entre 80% e 120% da ENERGIA MENSAL CONTRATADA, considerada a SAZONALIDADE, o faturamento deverá ser calculado da seguinte forma:

$$FAT_m = EMF_m \times PEC$$

Onde:

FAT_m = Faturamento referente ao mês contratual *m*;

EMF_m = ENERGIA MENSAL FATURÁVEL do mês *m*;

PEC = PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA válido para cada ano do período de fornecimento e reajustado anualmente pela inflação, vigente no mês contratual; e

m = Mês contratual.

8.3.5. Caso a ENERGIA MENSAL FATURÁVEL seja maior que a ENERGIA MENSAL CONTRATADA multiplicada pela FLEXIBILIDADE superior, ou seja, 120% da ENERGIA MENSAL CONTRATADA considerando a SAZONALIDADE, o faturamento do referido mês será calculado da seguinte forma:

$$FAT_m = EMF_m \times PEC + EMES_m \times PLD_m$$

Onde:

FAT_m = Faturamento referente ao mês contratual;

EMF_m = ENERGIA MENSAL FATURÁVEL limitada ao limite superior da FLEXIBILIDADE;

PEC = PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA válido para cada ano do período de fornecimento e reajustado anualmente pela inflação, vigente no mês contratual;

EMES_m = Energia Mensal Faturável Excedente Superior, ou seja, o consumo que ultrapassou o Limite de Flexibilidade e Sazonalidade Superior do mês de referência;

PLD_m = Preço de Liquidação das Diferenças do mês de referência; e

m = Mês contratual.

8.3.5.1. Caso o **PLD** de determinado mês seja maior que 200% do PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA, deverá ser considerado, para fins de cálculo da Faturamento Mensal, na situação de consumo acima

do limite de FLEXIBILIDADE superior conforme descrito acima, o valor de 200% referente ao PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA.

8.3.6. Caso a ENERGIA MENSAL FATURÁVEL seja menor que a ENERGIA MENSAL CONTRATADA multiplicada pela FLEXIBILIDADE inferior, ou seja, 80% da ENERGIA MENSAL CONTRATADA considerando a SAZONALIDADE, o faturamento do referido mês será calculado da seguinte forma:

$$FAT_m = EMF_m \times PEC - EMEI_m \times (PLD_m - PEC)$$

Onde:

FAT_m = Faturamento referente ao mês contratual;

EMF_m = ENERGIA MENSAL FATURÁVEL limitada ao limite superior da FLEXIBILIDADE;

PEC = PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA válido para cada ano do período de fornecimento e reajustado anualmente pela inflação, vigente no mês contratual; e

EMEI_m = Energia Mensal Faturável Excedente Inferior, ou seja, o consumo que ficou aquém do Limite de Flexibilidade e Sazonalidade Inferior do mês de referência;

PLD_m = Preço de Liquidação das Diferenças do mês de referência; e

m = Mês contratual.

8.3.6.1. O componente $(PLD_m - PEC)$ no cálculo apresentado visa cobrir eventuais ônus para a CONTRATADA, em caso de o PLD médio ser inferior ao PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA, assim como garantir uma contrapartida à CONTRATANTE, caso o PLD médio seja superior ao PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA.

8.3.7. Durante o período de migração das UNIDADES CONSUMIDORAS, conforme prazos determinados no item 9.2.5, aplicar-se-á ao faturamento a fórmula de cálculo indicada no subitem 8.3.4, sem influência da FLEXIBILIDADE e SAZONALIDADE.

8.3.8. No caso de materialização de evento em que ocorra limitação legal ou administrativa para o consumo de energia, por meio de edição de atos normativos de natureza legislativa ou administrativa do Poder Público, em quaisquer de suas instâncias, o faturamento do respectivo período será apurado em função da ENERGIA MENSAL FATURÁVEL e do PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA, nos termos da

cláusula 8.3.4, não sendo aplicável o cálculo do faturamento na situação de consumo abaixo do limite inferior de 80% da ENERGIA CONTRATADA MENSAL disposto na cláusula 8.3.6.

8.3.9. O PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA deverá contemplar o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) calculado na forma da legislação específica, quando aplicável, além de todos os demais tributos incidentes, além de todos os encargos setoriais.

8.3.10. Se para determinado mês contratual, o percentual de redução na TUSD entregue pela CONTRATADA na venda da energia mensal faturável for menor que o percentual de referência para redução na TUSD, exposto no item 3.9.1, a CONTRATADA deverá ajustar o preço do mês seguinte de faturamento considerando:

$$AJTUSD_m = EMF_m \times \left[\frac{PREF R - PRED_m}{PREF R} \right] \times VPMA_m$$

Onde:

AJTUSD = Ajuste de preço pela diferença entre o percentual de referência para redução na TUSD e o percentual de redução na TUSD entregue pela CONTRATADA para a energia mensal faturável de determinado mês contratual (em R\$);

EMF_m = ENERGIA MENSAL FATURÁVEL de determinado mês contratual (em MWh);

PREF R = Percentual referencial mínimo de redução na TUSD estipulada neste TERMO DE REFERÊNCIA (em %);

PRED_m = Percentual de redução na TUSD da contratada para determinado mês contratual, disponibilizado pela CCEE após processamento da contabilização de cada mês contratual (em %);

VPMA_m = Valor, em reais por mWh, correspondente à TUSD para determinado mês, estabelecido e divulgado pela CCEE, reajustado pelo índice de correção contratual (IPC) até a data de ocorrência (R\$/mWh); e

m = Cada um dos meses contratuais em que ocorrer o disposto no caput desde item.

8.3.11. Em função da sistemática de apuração dos percentuais de redução na TUSD, poderá ocorrer defasagem temporal por parte da CCEE na aplicação efetiva do percentual na TUSD entregue pela CONTRATADA.

8.3.12. Os percentuais de redução na TUSD, em função das revisões realizadas pela CCEE, poderão sofrer reavaliações e recálculo do valor componente de preço, sempre que essas revisões ocorrerem.

8.3.13. No caso de não aplicação do desconto de redução da TUSD na fatura imediatamente posterior ao consumo da energia ajustada, a CONTRATADA deverá calcular e liquidar tal desconto sob a forma de abatimento no preço contratado.

8.4. Reajustes

8.4.1. O reajuste do PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA será realizado a cada 12 meses, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), a partir da data base da apresentação da proposta por meio da seguinte fórmula de reajuste:

$$PECr = PEC_{r-1} \times \frac{IPC_r}{IPC_{r-1}}$$

Em que:

PECr é o PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA válido para cada ano do período de fornecimento;

PEC_{r-1} é o PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA definida no último reajuste anual realizado. No caso do primeiro reajuste anual, **PEC_{r-1}** é o PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA na data base da apresentação da proposta;

IPC_r é o número-índice do Índice de Preços ao Consumidor, divulgado mensalmente pela FIPE-Fundação de Pesquisas Econômicas, correspondente a variação acumulada de 12 meses do índice contados desde o último reajuste;

IPC_{r-1} é o número-índice do Índice de Preços ao Consumidor, divulgado mensalmente pela FIPE-Fundação de Pesquisas Econômicas, correspondente ao mês do último reajuste realizado. No caso do primeiro reajuste anual, é o número-índice correspondente ao mês da data da apresentação da proposta.

8.4.2. O reajuste deverá considerar sempre a base mensal divulgada oficialmente pelo FIPE.

8.5. Vantajosidade Global da Contratação

8.5.1. A cada 6 (seis) meses, contados da conclusão da migração da primeira UNIDADE CONSUMIDORA para o ACL, deve ser apurado indicador de variação percentual entre o custo do MWh praticado no CONTRATO (ACL) em relação ao ACR, e em sequência considerar o desconto na TUSD, visando avaliar a preservação da vantajosidade global da contratação.

8.5.1.1. Entende-se por vantajosidade global da contratação a mudança no custo do MWh praticado no ACL, considerado o impacto do desconto na TUSD, em detrimento do ACR. Entende-se que há vantajosidade quando o custo total, ou seja, o faturamento mensal sob o regime do ACL, é menor do que o custo seria no modelo ACR, considerando os preços vigentes no momento da análise.

8.5.2. Caso seja constatada a perda da vantajosidade global da contratação em ao menos 6 (seis) meses consecutivos no período de 1 (um) ano ou de 12 (doze) meses não consecutivos no período de 2 (dois) anos:

a) As PARTES poderão negociar a redução do PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA, de modo que os custos do contrato, considerando o desconto da TUSD, no modelo ACL estejam iguais ou abaixo dos custos correntes praticados no ACR, garantindo assim a vantajosidade global do modelo ACL; ou

b) Qualquer das PARTES poderá optar pela rescisão antecipada do CONTRATO, conforme disposto no CONTRATO.

9. PRAZOS E CRONOGRAMA

9.1. Prazos do Plano de Migração

9.1.1. A CONTRATADA deverá entregar o Plano de Migração, conforme item 6.4, em até 30 (trinta) dias da ORDEM DE SERVIÇO do CONTRATO.

9.1.1.1. No prazo referido no item 9.1.1 acima, a CONTRATADA deverá efetuar o levantamento dos contratos junto à DISTRIBUIDORA, e deverá levar em consideração suas datas de vencimento e cláusulas rescisórias e para efetuar a migração conforme prazos e vedações do item 9.2.

9.1.1.2. A CONTRATANTE deverá validar o Plano de Migração em até 15 (quinze) dias.

9.1.1.2.1. Caso sejam solicitadas alterações pela CONTRATANTE, a CONTRATADA terá 15 (quinze) dias para atendê-las e rerepresentar o Plano de Migração com as solicitações atendidas.

9.1.1.3. A CONTRATADA somente poderá iniciar a denúncia dos contratos de compra de energia regulada das UNIDADES CONSUMIDORAS junto à DISTRIBUIDORA após a aprovação do Plano de Migração, formalizada pela CONTRATADA.

9.1.1.4. Após a aprovação do Plano de Migração, formalizada pela CONTRATANTE, A CONTRATADA deverá rerepresentar mensalmente o Cronograma de Migração elencado no item 6.4.2, de modo a

manter a CONTRATANTE informado quanto à data prevista para a migração de cada UNIDADE CONSUMIDORA.

9.1.2. A CONTRATANTE deverá apresentar a documentação solicitada no item 6.4.1 “b)”, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a entrega do Plano de Migração pela CONTRATADA.

9.1.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar a Plataforma de Gestão de Energia, conforme item 5.3.5, até o décimo dia útil da migração da primeira UNIDADE CONSUMIDORA ao ACL.

9.2. Prazo para a Efetiva Migração

9.2.1. A CONTRATADA deverá distribuir todas as UNIDADES CONSUMIDORAS ao longo de dois GRUPOS DE MIGRAÇÃO, e apresentá-los no Cronograma de Migração, conforme item 6.4.2.

9.2.2. O primeiro GRUPO DE MIGRAÇÃO corresponde à todas as UNIDADES CONSUMIDORAS cujos contratos com a DISTRIBUIDORA possuam data de vencimento entre 1 (um) e 180 (cento e oitenta) dias da aprovação do Plano de Migração e, conseqüentemente, permitam a rescisão sem penalidades e que a efetiva migração ocorra entre 1 (um) dia e 360 (trezentos e sessenta) dias da aprovação do Plano de Migração.

9.2.2.1. A CONTRATADA deverá migrar ao ACL o primeiro GRUPO DE MIGRAÇÃO em até 360 (trezentos e sessenta) dias da aprovação do Plano de Migração, conforme prazos dispostos no item 9.1 e em seus subitens.

9.2.3. O segundo GRUPO DE MIGRAÇÃO corresponde à todas as UNIDADES CONSUMIDORAS cujos contratos com a DISTRIBUIDORA possuam data de vencimento entre 181 (cento e oitenta e um) e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da aprovação do Plano de Migração e, conseqüentemente, permitam a rescisão sem penalidades e que a efetiva migração ocorra entre 360 (trezentos e sessenta) dias e 540 (quinhentos e quarenta) dias da aprovação do Plano de Migração, e deverá corresponder à todas as UNIDADES CONSUMIDORAS restantes, não contempladas no item 9.2.2.

9.2.3.1. A CONTRATADA deverá migrar o segundo GRUPO DE MIGRAÇÃO e, conseqüentemente, todas as UNIDADES CONSUMIDORAS, em até 540 (quinhentos e quarenta) dias da aprovação do Cronograma de Migração, conforme prazos dispostos no item 9.1 e em seus subitens.

9.2.4. É vedada a migração de qualquer UNIDADE CONSUMIDORA que implique no pagamento de multas rescisórias ou em quaisquer penalidades aplicadas pela DISTRIBUIDORA.

9.2.5. A CONTRATADA será remunerada conforme o disposto no item 8.3.7 durante o período de migração das UNIDADES CONSUMIDORAS, entendido como o período entre: (i) a efetiva migração ao ACL da primeira UNIDADE CONSUMIDORA; e (ii) a efetiva migração ao ACL da última UNIDADE CONSUMIDORA, ou contados 540 (quinhentos e quarenta) dias da aprovação do Cronograma de Migração, o que vier primeiro.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX

PROCESSO: XXX

TIPO: XXX

OBJETO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA INCENTIVADA, INCLUINDO OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA MIGRAÇÃO PARA O AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), PARA O SUPRIMENTO DE 193 (CENTO E NOVENTA E TRÊS) UNIDADES CONSUMIDORAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

APÊNDICE ÚNICO DO TERMO DE REFERÊNCIA

LOTE 1

Item	Instalação	Nome	Endereço	Grupo	Categoria Tarifa	Consumo anual (kW)	Demanda contratada (kW)	Início vigência contratual
1	202996111	SUBPREFEITURA CIDADE ADEMAR	R. Antônio de Pinho de Azevedo - Jardim Itacolomi, São Paulo - SP, 04386-020, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	49.862,10	62	[.]
2	202996160	SUBPREFEITURA CIDADE ADEMAR	Rua Juan de La Cruz, São Paulo - SP, 04384-090, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	64.678,60	176	[.]
3	203392756	SUBPREFEITURA CIDADE ADEMAR	R. Álvares Fagundes, São Paulo - SP, 04338-000, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	60.381,70	75	[.]
4	MTE0013839	SUBPREFEITURA CIDADE ADEMAR	Av. Yervant Kissajikian, 416 - Vila Constancia, São Paulo - SP, 04657-000, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	118.752,20	56	[.]
5	200102719	DIRETORIA REGIONAL DE EDUC SÃO MIGUEL	Rua Capachós, 350 - Jardim Celia, São Paulo - SP, 08191-330, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	169.976,30	40	[.]
6	203612029	DIRETORIA REGIONAL DE EDUC SÃO MIGUEL	R. Ten. Miguel Delia, 149 - Vila Rosaria, São Paulo - SP, 08021- 090, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	62.733,70	33	[.]
7	MTE0013624	DIRETORIA REGIONAL DE EDUC SÃO MIGUEL	R. Clarear, 141 - Vila Jacuí, São Paulo - SP, 08062-590, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	356.684,80	32	[.]
8	MTE0013639	DIRETORIA REGIONAL DE EDUC SÃO MIGUEL	Avenida Marechal Tito, 3450 - Jardim Dom Fernando, São Paulo - SP, 08160-495, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	387.839,40	64	[.]
9	MTE0013640	DIRETORIA REGIONAL DE EDUC SÃO MIGUEL	R. Junco Florido, 14 - Jardim Camargo Novo, São Paulo - SP, 08141-680, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	397.949,60	110	[.]

10	200420448	DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BUTANTÃ	R. Frei Claude Alberville - Jardim Joao XXIII, São Paulo - SP, 05569-010, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	275.274,30	100	[.]
11	202740073	DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BUTANTÃ	R. Edward Carmilo 670 - Jardim Celeste, São Paulo - SP, 05527-120, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	62.750,00	260	[.]
12	MTE0013559	DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BUTANTÃ	Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, 1700 - Rio Pequeno, São Paulo - SP, 05588-001, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	342.411,80	30	[.]
13	MTE0013015	PMSP - SUBPREFEITURA DE SAO MATEUS	Av. Arraias do Araguaia, São Paulo - SP, 03908-055, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	76.854,30	160	[.]
14	MTE0014577	PMSP - SUBPREFEITURA DE SAO MATEUS	Av. Ragueb Chohfi, 1400 - Jardim Três Marias, São Paulo - SP, 08375, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	228.165,10	88	[.]
15	203597635	PMSP - SUBPREFEITURA JABAQUARA	Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 2314 - Jabaquara, São Paulo - SP, 04308-001, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	111.375,30	200	[.]
16	200912358	PMSP S ARICANDUVA FORMOSA CARRAO	R. Alumínio - Vila Nova Manchester, São Paulo - SP, 03444-020, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	1.881,50	500	[.]
17	201130048	PMSP S ARICANDUVA FORMOSA CARRAO	Vila Carrão, São Paulo - SP, 03441-000	A	A4 Horo-Sazonal Verde	9.773,20	1.450	[.]
18	201130049	PMSP S ARICANDUVA FORMOSA CARRAO	R. Caripunas - Vila Nova Manchester, São Paulo - SP, 03444-030, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	11.645,30	37	[.]
19	201417922	PMSP S ARICANDUVA FORMOSA CARRAO	R. Baquiá, São Paulo - SP, 03443-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	15.562,80	164	[.]

20	MTE0005791	PMSP S VILA MARIA VILA GUILHERME	Praça Luís Pizzoti, 14 - Vila Guilherme, São Paulo - SP, 02060-085, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	51.091,10	2.000	[.]
21	MTE0013059	PMSP- SUBPREFEITURA ITAQUERA	R. Fortuna de Minas, 45 - Jardim Arize, São Paulo - SP, 03526-000, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	196.207,00	80	[.]
22	200652196	SUBPREFEITURA DE PIRITUBA - JARAGUA	Estr. Turística do Jaraguá, 218 - Vila Jaraguá, São Paulo - SP, 05161-000, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	93.316,70	63	[.]
23	201204879	PREFEITURA REGIONAL DE PINHEIROS	Av. das Nações Unidas 7123, São Paulo - SP, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	121.966,40	42	[.]
24	200986370	PREFEITURA REGIONAL SAO MIGUEL PAULISTA	R. Duarte Martins Mourão, 307 - Jardim Santa Margarida, São Paulo - SP, 08191-250, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	140.699,10	60	[.]
25	MTE0003239	PREFEITURA REGIONAL SAO MIGUEL PAULISTA	R. Jaime Barcelos - Vila Jacuí, São Paulo - SP, 08060-200, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	221.605,80	30	[.]
26	MTE0005705	PREFEITURA REGIONAL VILA PRUDENTE	Av. do Oratório, 172 - Vila Prudente, São Paulo - SP, 03220- 000, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	132.718,60	196	[.]
27	201492771	SAO PAULO SECR MUNIC DE CULTURA	R. Dr. João Ribeiro, 20 - Penha de França, São Paulo - SP, 03634- 020, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	81.005,40	295	[.]
28	201627878	SAO PAULO SECR MUNIC DE CULTURA	R. Dr. Bráulio Gomes, 125 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP, 01047-020, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	148.345,50	150	[.]
29	202106215	SAO PAULO SECR MUNIC DE CULTURA	R. Afonso Pena, 272 - Bom Retiro, São Paulo - SP, 01124- 000, Brasil	A	A4 Horo- SazonalVerde	111.361,10	36	[.]

30	202149675	SAO PAULO SECR MUNIC DE CULTURA	R. Prof. Alves Pedroso, 600 - Cangaíba, São Paulo - SP, 03721- 010, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	50.770,50	46	[.]
31	200416589	SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA	R. Tito, 295 - Vila Romana, São Paulo - SP, 05051-000, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	43.374,40	389	[.]
32	201454830	SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA	Av. Santos Dumont, 1770 - Santana, São Paulo - SP, 02012- 010, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	51.986,10	34	[.]
33	201645749	SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA	R. Visc. de Taunay s/n bloco 1- Bom Retiro, São Paulo - SP, 01132-000, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	127.380,40	85	[.]
34	201774141	SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA	Rua Victório Santim, 44 - Itaquera, São Paulo - SP, 08290- 000, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	30.823,70	88	[.]
35	202276330	SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA	Av. Paes de Barros, 955 - Mooca, São Paulo - SP, 03115-020, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	71.085,10	48	[.]
36	202617762	SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA	Av. Dep. Emílio Carlos, 3641 - Vila dos Andrades, São Paulo - SP, 02721-200, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	146.288,60	30	[.]
37	MTE0003120	SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA	R. da Consolação 94, São Paulo - SP, Brasil	A	AS Horó- Sazonal Verde	309.966,30	30	[.]
38	MTE0004111	SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA	Rua Henrique Schaumann, 777 - Pinheiros, São Paulo - SP, 05413- 021, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	28.943,90	485	[.]
39	MTE0008720	SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA	Av. Adolfo Pinheiro, 765 - Santo Amaro, São Paulo - SP, 04733- 100, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	71.714,20	128	[.]
40	MTE0009171	SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA	R. Borges Lagoa, 650 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04038-001, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	25.759,10	113	[.]

41	201682126	SAO PAULO SECRETARIA VERDE MEIO AMBIENTE	Estr. de Perus, São Paulo - SP, 02675-031, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	115.332,90	450	[.]
42	202940388	SAO PAULO SECRETARIA VERDE MEIO AMBIENTE	R. Ipiranga, 758 - Jardim Aeroporto, São Paulo - SP, 04633-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	66.550,70	77	[.]
43	MTE0001174	SAO PAULO SECRETARIA VERDE MEIO AMBIENTE	R. dos Patriotas 380 - Ipiranga, São Paulo - SP, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	159.961,10	350	[.]
44	MTE0001338	SAO PAULO SECRETARIA VERDE MEIO AMBIENTE	Av. Afonso de Sampaio e Sousa, 951 - Itaquera, São Paulo - SP, 08275-025, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	88.775,30	85	[.]
45	MTE0003936	SAO PAULO SECRETARIA VERDE MEIO AMBIENTE	R. Srg. Tomás de Medeiros - Jabaquara, São Paulo - SP, 04345-040, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	31.310,00	115	[.]
46	MTE0005274	SAO PAULO SECRETARIA VERDE MEIO AMBIENTE	Rod. Raposo Tavares km 25,5, São Paulo - SP, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	71.564,35	85	[.]
47	MTE0008811	SAO PAULO SECRETARIA VERDE MEIO AMBIENTE	Av. Quarto Centenário - Moema, São Paulo - SP, 04030-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	95.676,50	34	[.]
48	MTE0014267	SAO PAULO SECRETARIA VERDE MEIO AMBIENTE	R. John Speers - Parque Do Carmo, São Paulo - SP, 08265-040, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	135.423,20	30	[.]
49	200001006	SEC MUN EDUCACAO - DRE GUAIANAZES	Av. dos Metalúrgicos - Cidade Tiradentes, São Paulo - SP, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	389.187,50	101	[.]
50	200101885	SEC MUN EDUCACAO - DRE GUAIANAZES	R. Manuel da Mota Coutinho, 1 - Lageado, São Paulo - SP, 08451-420, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	324.418,70	101	[.]
51	MTE0013635	SEC MUN EDUCACAO - DRE GUAIANAZES	R. Barão Barroso do Amazonas - Guaianases, São Paulo - SP, 08472-721, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	473.867,20	39	[.]
52	MTE0013638	SEC MUN EDUCACAO - DRE GUAIANAZES	Avenida Flores do Jambeiro - Jardim São Paulo - São Paulo, SP	A	A4 Horo-Sazonal Verde	576.222,20	85	[.]

53	203488532	SEC MUNICIPAL DIREITOS HUMANOS CIDADANIA	R. Vieira Ravasco, 24 - Cambuci, São Paulo - SP, 01518-030, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	172.378,40	600	[.]
54	MTE0002912	SEC MUNICIPAL DIREITOS HUMANOS CIDADANIA	Rua Otto de Alencar, São Paulo - SP, 01517-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	83.925,70	195	[.]
55	MTE0006146	SECR MUNIC DE SEGURANCA URBANA SMSU	R. Vicente de Carvalho, 410 - Cambuci, São Paulo - SP, 04884-360, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	115.779,30	34	[.]
56	MTE0006470	SECR MUNIC DE SEGURANCA URBANA SMSU	R. Domingos de Moraes, 2329 - Vila Mariana, São Paulo - SP, 04035-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	93.871,20	65	[.]
57	MTE0008954	SECR MUNIC DE SEGURANCA URBANA SMSU	R. Monsenhor Maximiano Leite, 151 - Canindé, São Paulo - SP, 03034-030, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	108.542,50	30	[.]
58	MTE0012078	SECR MUNIC DE SEGURANCA URBANA SMSU	R. Eli, 2 - Vila Maria Baixa, São Paulo - SP, 02114-010, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	215.408,60	126	[.]
59	201364735	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Vitorino Carmilo, 599 - Barra Funda, São Paulo - SP, 01153-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	136.129,90	132	[.]
60	202536645	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Av. Adolfo Pinheiro, 122 - Santo Amaro, São Paulo - SP, 04734-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	68.430,70	41	[.]
61	203245560	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Av. Lacerda Franco, 791 - Cambuci, São Paulo - SP, 01536-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	74.135,70	43	[.]
62	203522552	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Av. Menotti Laudisio, 100 - Jardim Cidade Pirituba, São Paulo - SP, 02945-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	208.188,50	30	[.]

63	203559920	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Estevan Ribeiro Resende, 281 - Perus, São Paulo - SP, 05202-140, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	302.943,10	71	[.]
64	203591182	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Paula Cruz, 69 - Jardim Dom Bosco, São Paulo - SP, 04757-120, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	163.109,50	100	[.]
65	203615593	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Miguel Novais, 110 - Vila Paranaguá, São Paulo - SP, 03807-370, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	3.895.979,10	30	[.]
66	203628989	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Av. Michihisa Murata, 123 - Jardim Maristela, São Paulo - SP, 02806-160, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	3.810.940,20	525	[.]
67	203929926	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Estr. de Taipas 1648 - Jardim Rincão, São Paulo - SP, 02995-145, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	286.265,00	270	[.]
68	203995251	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Estr. Ecoturística de Parelheiros, 5326 - Jardim Casa Grande, São Paulo - SP, 04883, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	647.400,60	120	[.]
69	MTE0000346	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Mar de Espanha - Vila Nhocuné, São Paulo - SP, 03558-080, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	562.546,40	125	[.]
70	MTE0000675	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Brg. Jordão, 34 - Ipiranga, São Paulo - SP, 04204, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	977.107,70	30	[.]
71	MTE0001034	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Av. Otaviano Alves de Lima, 4000 - Nossa Sra. do O, São Paulo - SP, 02910-025, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	317.668,40	30	[.]
72	MTE0001278	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Mourão Vieira, 22 - Casa Verde, São Paulo - SP, 02518-020, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	43.870,20	30	[.]

73	MTE0001572	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Dr. José Guilherme Eiras, 123 - Vila Dr. Eiras, São Paulo - SP, 08010-220, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	1.803.127,70	55	[.]
74	MTE0002048	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Rua Antônio Lázaro, 226 - Jardim Iva, São Paulo - SP, 03921-080, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Azul	662.233,40	145	[.]
75	MTE0002817	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Dr. Albuquerque Lins, 40 - Santa Cecilia, São Paulo - SP, 01230-001, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	143.718,10	55	[.]
76	MTE0002919	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Santo Elias, 134 - Parque São Jorge, São Paulo - SP, 03086-050, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	2.819.994,40	34	[.]
77	MTE0003112	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Rua Juventus, 562 - Parque da Mooca, São Paulo - SP, 06463-240, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	804.811,80	75	[.]
78	MTE0003322	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Rua Lucas de Leyde - Vila Antônio, São Paulo - SP, 05376-010, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	567.016,30	55	[.]
79	MTE0003921	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Mario Trapé, 100 - Jardim Novo Parelheiros, São Paulo - SP, 04890-430, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	40.567,00	30	[.]
80	MTE0004246	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Augusto Farina, 1125 - Butantã, São Paulo - SP, 05594-001, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	149.156,20	115	[.]
81	MTE0004406	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Cruz das Almas - Jardim Oriental, São Paulo - SP, 04330-060, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Azul	1.831.835,30	1.800	[.]
82	MTE0004760	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Pça. Eng. Hugo Brandi 15 - Parque Vila Maria, São Paulo - SP, 02168-050, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	12.263,70	91	[.]

83	MTE0005675	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Augusto Carlos Bauman, 1074 - Vila Brasil, São Paulo - SP, 08215-263, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	1.548.692,40	250	[.]
84	MTE0006358	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Av. Dep. Emílio Carlos, 3100 - Limão, São Paulo - SP, 02720-200, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Azul	2.027.139,30	158	[.]
85	MTE0007691	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Júlio Felipe Guedes, 200 - Sacomã, São Paulo - SP, 04174-040, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	18.750,09	30	[.]
86	MTE0008235	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Estr. de Itapecerica, 1661 - Vila Maracanã, São Paulo - SP, 05835-005, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	4.041.818,80	42	[.]
87	MTE0009467	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	Av. Elísio Teixeira Leite, 7703 - Parada De Taipas, São Paulo - SP, 02810-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	43.442,80	30	[.]
88	MTE0009611	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	R. Voluntários da Pátria, 941 - Santana, São Paulo - SP, 02011-100, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Azul	338.419,70	90	[.]
89	202610530	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE UNIDADE DE VIGILANCIA	Av. Santos Dumont, 1850 - Cumbica, Guarulhos - SP, 07180-270, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	33.209,80	299	[.]
90	MTE0007429	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE UNIDADE DE VIGILANCIA	R. Santa Eulália, 86 - Santana, São Paulo - SP, 02031-020, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	389.956,10	50	[.]
91	MTE0008398	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE UNIDADE DE VIGILANCIA	Av. Morvan Dias de Figueiredo, 2263 - Vila Guilherme, São Paulo - SP, 01142-300, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	170.063,30	188	[.]
92	MTE0001382	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO - SMG	R. Balsa 331, São Paulo - SP, 02912-025, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	93.347,60	50	[.]

93	203513771	SUBPREFEITURA BUTANTA	R. Dr. Ulpiano da Costa Manso, 201 - Jardim Peri Peri, São Paulo - SP, 05538-000, Brasil	A	A4 Horo- Sazonal Verde	161.053,80	70	[.]
94	MTE0014466	SUBPREFEITURA BUTANTA	Av. Prof. Francisco Morato, 6150 - Vila Sonia, São Paulo - SP, 05521-400, Brasil	A	A4 Horo- Sazonal Verde	41.136,70	124	[.]
95	MTE0001090	SUBPREFEITURA MOOCA	Praça Barão de Tietê - Belenzinho, São Paulo - SP, 03163-050, Brasil	A	A4 Horo- Sazonal Verde	143.040,40	34	[.]
96	202139947	SUP USINA ASFALTO SPUA	R. Dr. Luís Aires, São Paulo - SP, Brasil	A	A4 Horo- Sazonal Verde	38.911,40	333	[.]
97	MTE0003432	SUP USINA ASFALTO SPUA	R. do Bosque 1088, São Paulo - SP, Brasil	A	A4 Horo- Sazonal Verde	77.562,10	61	[.]

LOTE 2

Item	Instalação	Nome	Endereço	Grupo	Categoria Tarifa	Consumo anual (kW)	Demanda contratada (kW)	Início vigência contratual
1	200019241	DIRETORIA REG DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS	Rua Manuel Quirino de Mattos, 1 - Jardim Sapopemba, São Paulo - SP, 03969-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Azul	325.854,20	30	[.]
2	200208337	DIRETORIA REG DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS	Av. Bento Guelfi, 8000 - Jardim Três Marias, São Paulo - SP, 08381-001, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Azul	335.862,70	122	[.]
3	201945325	DIRETORIA REG DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS	R. Miguel Ferreira de Melo, 420 - Jardim Santo Andre, São Paulo - SP, 08390-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	236.193,30	100	[.]
4	MTE0013565	DIRETORIA REG DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS	R. Clara Petrela, 175 - Jardim São Roberto, São Paulo - SP, 03978-500, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	370.131,40	50	[.]
5	MTE0013630	DIRETORIA REG DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS	R. Curumatim, 201 - Parque Boa Esperança, São Paulo - SP, 08341-240, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	380.488,60	102	[.]
6	MTE0013991	DIRETORIA REG DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS	R. Cinira Polônio, 100 - Conj. Promorar Rio Claro, São Paulo - SP, 08395-320, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	501.057,50	100	[.]
7	200041409	DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO PENHA	Rua Otto Cordes, 119 - Ermelino Matarazzo, São Paulo - SP, 03819-290, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	404.152,60	30	[.]
8	200241326	DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO PENHA	Av. Condessa Elizabeth de Robiano, 5280 - Vila Moreira, São Paulo - SP, 03074-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	304.060,90	30	[.]

9	200000020	DRE - CAPELA DO SOCORRO	R. Domingos Tarroso, 101 - Vila Rubi, São Paulo - SP, 04823-090, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	428.258,80	650	[.]
10	200336794	DRE - CAPELA DO SOCORRO	Estr. da Col. 665 - Gleba do Pêssego, São Paulo - SP, 08370-190, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	334.846,70	70	[.]
11	203080165	DRE - CAPELA DO SOCORRO	Rua Daniel Atterbom, 35 - Jardim Kioto, São Paulo - SP, 04832-100	A	A4 Horo-Sazonal Verde	105.279,70	90	[.]
12	MTE0013601	DRE - CAPELA DO SOCORRO	R. Maria Moura da Conceição - Jardim Belcito, São Paulo - SP, 04855-257, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	334.711,30	30	[.]
13	MTE0013602	DRE - CAPELA DO SOCORRO	R. Maria Moassab Barbour, 7 - Cantinho do Céu, São Paulo - SP, 04849-503, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	403.921,60	30	[.]
14	MTE0013777	DRE - CAPELA DO SOCORRO	Av. Interlagos, 7350 - Interlagos, São Paulo - SP, 04777-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	467.783,50	133	[.]
15	MTE0014090	DRE - FREGUESIA/BRASILANDIA	R. Gen. Porfírio da Paz - Sapopemba, São Paulo - SP, 03918-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	380.500,50	169	[.]
16	200372612	DRE - IPIRANGA	R. Prof. Artur Primavesi, 1 - Parque Bristol, São Paulo - SP, 04177-070, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	358.057,00	30	[.]
17	MTE0013590	DRE - IPIRANGA	R. Barbinos, 111 - São João Climaco, São Paulo - SP, 04240-110, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	457.768,00	215	[.]
18	MTE0013588	DRE - PIRITUBA - JARAGUÁ	R. Cel. José Venâncio Dias, 840 - Vila Jaraguá, São Paulo - SP, 05160-030, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	348.766,60	200	[.]

19	MTE0013591	DRE - PIRITUBA - JARAGUÁ	R. Bernardo José de Lorena, 79 - Vila Malvina, São Paulo - SP, 05203-200, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	297.835,10	300	[.]
20	MTE0013592	DRE - PIRITUBA - JARAGUÁ	R. Amadeu Roldan - Jaraguá, São Paulo - SP, 05186-030, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	244.083,60	250	[.]
21	MTE0013585	DRE - SANTO AMARO	Estr. do Alvarenga, 3752 - Balneário São Francisco, São Paulo - SP, 04474-340, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	413.433,90	30	[.]
22	202966319	PMSP - SUBPREFEITURA CIDADE TIRADENTES	R. Juá Mirim - Jardim Pedra Branca, São Paulo - SP, 08490-800, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	147.093,50	187	[.]
23	203655846	PMSP - SUBPREFEITURA SOCORRO	R. Cassiano dos Santos, 499 - Rio Bonito, São Paulo - SP, 04827-110, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	122.168,40	30	[.]
24	MTE0008714	PREFEITURA REGIONAL FREGUESIA/BRASILAN DIA	Av. João Marcelino Branco, 93 - Vila dos Andrades, São Paulo - SP, 02610-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	132.011,70	30	[.]
25	MTE0009060	PREFEITURA REGIONAL PENHA	R. das Províncias - Vila Marieta, São Paulo - SP, 03621-040, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	246.257,70	370	[.]
26	MTE0013068	PREFEITURA REGIONAL PENHA	Av. Dr. Orêncio Vidigal - Penha de França, São Paulo - SP, 03640-010, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	217.445,60	88	[.]
27	MTE0014418	SAO PAULO CAMARA MUNICIPAL	Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista, São Paulo - SP, 01319-020, Brasil	A	AS Horo-Sazonal Verde	2.238.872,40	30	[.]
28	MTE0014193	SAO PAULO PREFEITURA	R. Dr. Falcão Filho, 56 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP, 01007-010, Brasil	A	AS Horo-Sazonal Verde	1.153.376,90	212	[.]
29	200001589	SEC MUN EDUCACAO - DRE CAMPO LIMPO	R. Feitico da Vila, 399 - Jardim Dom José, São Paulo - SP, 05879-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	394.757,60	112	[.]

30	200047739	SEC MUN EDUCACAO - DRE CAMPO LIMPO	Estr. da Baronesa, 120 - Baronesa, São Paulo - SP, 04941- 172, Brasil	A	A4 Horo- Sazonal Verde	417.620,30	30	[.]
31	200049494	SEC MUN EDUCACAO - DRE CAMPO LIMPO	Av. dos Funcionários Públicos, 369 - Vila do Sol, São Paulo - SP, 04962-000, Brasil	A	A4 Horo- Sazonal Verde	334.445,60	604	[.]
32	200145351	SEC MUN EDUCACAO - DRE CAMPO LIMPO	Av. Cantos do Amanhecer, 1 - Jardim Eledy, São Paulo - SP, 05856-020, Brasil	A	A4 Horo- Sazonal Verde	348.296,20	62	[.]
33	200257270	SEC MUN EDUCACAO - DRE CAMPO LIMPO	R. Dr. José Augusto de Souza e Silva - Vila Andrade, São Paulo - SP, 05712-040, Brasil	A	A4 Horo- Sazonal Verde	302.722,30	38	[.]
34	200365365	SEC MUN EDUCACAO - DRE CAMPO LIMPO	Av. Comendador Sant'Anna, 745 - Capão Redondo, São Paulo - SP, 05866-000	A	A4 Horo- Sazonal Verde	396.588,90	120	[.]
35	202930285	SEC MUN EDUCACAO - DRE CAMPO LIMPO	R. Carlo Caproli, 373 - Jardim Vera Cruz(Zona Sul), São Paulo - SP, 04965-070, Brasil	A	A4 Horo- Sazonal Verde	58.792,00	79	[.]
36	MTE0013996	SEC MUN EDUCACAO - DRE CAMPO LIMPO	Av. Carlos Lacerda, 678 - Vila Pirajussara, São Paulo - SP, 05789-000, Brasil	A	A4 Horo- Sazonal Verde	514.974,50	150	[.]
37	MTE0014230	SEC MUN EDUCACAO - DRE CAMPO LIMPO	R. João Damasceno, 85 - Vila das Belezas, São Paulo - SP, 05841- 160, Brasil	A	A4 Horo- Sazonal Verde	427.939,40	37	[.]
38	MTE0018922	SEC MUN EDUCACAO - DRE JAÇANA/TREMEMBÉ	R. Costa Brito, São Paulo - SP, 02281-265, Brasil	A	A4 Horo- Sazonal Verde	357.509,10	134	[.]
39	MTE0013278	SECR MUN INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS	R. Quinze de Novembro, 165 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP, 01013-001, Brasil	A	AS Horo- Sazonal Verde	1.044.514,80	148	[.]

40	201394035	SECR MUNICIPAL ASSISTENCIA DESEN SOCIAL	Rua Prates, 1101 - Bom Retiro, São Paulo - SP, 01121-000, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	299.331,50	60	[.]
41	201857704	SECR MUNICIPAL ASSISTENCIA DESEN SOCIAL	Av. Professor Ascendino Reis, 830 - Ibirapuera, São Paulo - SP, 04027-000, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	113.072,80	212	[.]
42	203610053	SECR MUNICIPAL ASSISTENCIA DESEN SOCIAL	R. Porto Seguro, 281 - Luz, São Paulo - SP, 01109-040, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Azul	116.846,50	33	[.]
43	MTE0000857	SECR MUNICIPAL ASSISTENCIA DESEN SOCIAL	Av. Zaki Narchi, 600 - Carandiru, São Paulo - SP, 02029-000, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	134.930,60	30	[.]
44	MTE0000938	SECR MUNICIPAL ASSISTENCIA DESEN SOCIAL	R. dos Clarins 1112 - Jardim Ângela, São Paulo - SP, 04933- 080, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	80.139,70	111	[.]
45	MTE0001292	SECR MUNICIPAL ASSISTENCIA DESEN SOCIAL	Av. Conde de Frontin, São Paulo - SP, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	107.457,90	119	[.]
46	MTE0004441	SECR MUNICIPAL ASSISTENCIA DESEN SOCIAL	R. Boracéa, 270 - Barra Funda, São Paulo - SP, 01135-010, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	746.918,70	450	[.]
47	MTE0008907	SECR MUNICIPAL ASSISTENCIA DESEN SOCIAL	R. Comendador Nestor Pereira, 75B - Canindé, São Paulo - SP, 03034-070, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Azul	364.020,40	112	[.]
48	MTE0001214	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	Av. Antônio Joaquim de Moura Andrade - Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04507-000	A	A3a Horó- Sazonal Verde	3.402.687,60	260	[.]
49	MTE0002551	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	Av. Pres. Juscelino Kubitschek - Itaim Bibi, São Paulo - SP, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	854.337,00	30	[.]

50	MTE0002967	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini (Piscinão)- Itaim Bibi, São Paulo - SP, Brasil	A	A3a Horó- Sazonal Verde	436.692,50	100	[.]
51	MTE0003753	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	Av. Vital Brasil - Butantã, São Paulo - SP, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	3.609,20	140	[.]
52	MTE0005267	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	R. César Antônio Bosso - Vila Santo Estefano, São Paulo - SP, 04153-140, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	295.659,70	41	[.]
53	MTE0006458	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	R. Mário Grazini - Vila Santo Estefano, São Paulo - SP, 04153- 150, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	222.457,83	134	[.]
54	MTE0009725	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	R. São Bonifácio - Cidade Jardim, São Paulo - SP, 05671-040, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	2.401.339,80	70	[.]
55	MTE0010077	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	R. dos Operários - Cursino, São Paulo - SP, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Azul	182.978,20	30	[.]
56	MTE0010394	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	R. Democracia - Vila Brasilina, São Paulo - SP, 04161-060, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Azul	207.790,10	290	[.]
57	MTE0014419	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	Av. Cidade Jardim (túnel cidade jardim)- Cidade Jardim, São Paulo - SP, 16202-055, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Azul	867.344,20	32	[.]
58	MTE0014471	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	Av. Brig. Faria Lima, 1476 - Jardim Paulista, São Paulo - SP, 01451-001	A	A4 Horó- Sazonal Verde	630.995,40	102	[.]
59	MTE0018373	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	Praça Armando Del Debbio - Lapa - São Paulo, SP	A	A4 Horó- Sazonal Verde	1.397,90	80	[.]

60	MTE0018442	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	Rod. Anhanguera, São Paulo, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	1.225,10	256	[.]
61	MTE0018590	SECRET MUNIC COORDENACAO SUBPREFEITURAS	Avenida Presidente Castelo Branco - Pte. Pequena, São Paulo - SP, 01142-300, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	6.235,80	47	[.]
62	MTE0008581	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	R. José de Magalhães, 191 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04026-090, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	669.356,80	130	[.]
63	203062096	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SF	R. Líbero Badaró, 190 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP, 01003-010, Brasil	A	AS Horó- Sazonal Verde	1.961.332,90	30	[.]
64	MTE0005334	SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO TRABALHO E	R. Gastão Madeira, 150 - Vila Maria Alta, São Paulo - SP, 02131-080, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	148.567,00	112	[.]
65	MTE0006757	SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO TRABALHO E	Av. Sen. Teotônio Vilela, 315 - Cidade Dutra, São Paulo - SP	A	A4 Horó- Sazonal Azul	1.912.660,60	30	[.]
66	203191729	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	Praça Haroldo Daltro, 447 - Vila Nova Manchester, São Paulo - SP, 03444-090, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	116.238,30	84	[.]
67	203692284	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	Av. Jacinto Menezes Palhares, 148 - Jardim Avelino, São Paulo - SP, 03227-170, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	99.841,90	30	[.]
68	203767034	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	R. Jacutiba, 167 - Parque São Luís, São Paulo - SP, 02832-240	A	A4 Horó- Sazonal Verde	8.714,70	159	[.]
69	203768532	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	R. Jacutiba, 167 - Parque São Luís, São Paulo - SP, 02832-240, Brasil	A	A4 Horó- Sazonal Verde	234.661,00	90	[.]

70	MTE0000573	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	R. José Maria Cerdeira Diz - Conj. Res. Butantã, São Paulo - SP, 05540-100, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	64.191,80	100	[.]
71	MTE0001431	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	Av. Michihisa Murata, 120 - Jardim Maristela, São Paulo - SP, 02806-160, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	49.057,00	100	[.]
72	MTE0001437	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	R. Eleonora Cintra - Vila Reg. Feijó, São Paulo - SP, 03337-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	377.807,10	120	[.]
73	MTE0001786	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	R. Bresser, 2703 - Mooca, São Paulo - SP, 03162-030, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	467.381,80	43	[.]
74	MTE0002404	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	Av. dos Funcionários Públicos, 2501 - Riviera Paulista, São Paulo - SP, 04963-010, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	149.198,40	70	[.]
75	MTE0003491	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	R. Lussanvira - Vila Guarani, São Paulo - SP, 04316-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	108.464,80	230	[.]
76	MTE0004364	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	Jaguará, São Paulo - SP, 02675-031	A	A4 Horo-Sazonal Verde	35.238,60	78	[.]
77	MTE0005273	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	Parque Domingos Luís, 107 - Jardim São Paulo, São Paulo - SP, 02043-080, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	238.085,20	450	[.]
78	MTE0005695	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	Alameda Iraé, 25 - Indianópolis, São Paulo - SP, 04075-000, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	465.332,10	85	[.]
79	MTE0006348	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	Praça do Galeão 30 - Vila Curuca, São Paulo - SP, 08030-200, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	94.312,50	100	[.]
80	MTE0006798	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	Rua Pedro de Toledo, 1651 - Indianópolis, São Paulo - SP, 04039-034, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	134.561,30	100	[.]

81	MTE0008399	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	Av. Padre José Maria, 555 - r - Santo Amaro, São Paulo - SP, 04753-060, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	206.033,40	355	[.]
82	MTE0009322	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	R. dos Aliados - Alto da Lapa, São Paulo - SP, 02675-031, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Azul	142.084,40	89	[.]
83	MTE0010189	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTES E LAZER	R. Melo Viana - Jardim Japão, São Paulo - SP, 02132-010, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Azul	106.578,90	100	[.]
84	MTE0001989	SUBPREFEITURA SANTANA TUCURUVI	Av. Tucuruvi, 780 - Tucuruvi, São Paulo - SP, 02304-002, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	331.146,40	205	[.]
85	200417906	SUBPREFEITURA CAMPO LIMPO	R. Silvino Machado, 127 - Campo Limpo, São Paulo - SP, 05743-250, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	100.692,80	217	[.]
86	201769457	SUBPREFEITURA CAMPO LIMPO	Rua Clemente Argolo, 294 - Parque Esmeralda, São Paulo - SP, 05784-090, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	43.825,70	66	[.]
87	201823385	SUBPREFEITURA CAMPO LIMPO	R. Cibrão - Jardim Campo Limpo, São Paulo - SP, 05785-060, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	38.757,40	189	[.]
88	201860544	SUBPREFEITURA CAMPO LIMPO	R. Dr. Anastácio Bonsucesso, 351 - Jardim Ana Maria, São Paulo - SP, 05757-140, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	59.740,80	300	[.]
89	MTE0010009	SUBPREFEITURA CAMPO LIMPO	R. João Bernardo Vieira, 108 - Jardim Paris, São Paulo - SP, 05794-310, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	35.937,40	112	[.]
90	MTE0013995	SUBPREFEITURA CAMPO LIMPO	R. Dr. Jorge Arida, 70 - Jardim Maria Sampaio, São Paulo - SP, 05790-240, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	47.320,50	1200	[.]
91	MTE0014366	SUBPREFEITURA CAMPO LIMPO	R. Nossa Sra. do Bom Conselho, 55 - Chácara Nossa Sra. do Bom Conselho, São Paulo - SP, 05763-470	A	A4 Horo-Sazonal Verde	151.718,06	30	[.]

92	200001354	DIR REGIONAL DE EDUCACAO - ITAQUERA	Av. das Alamandas - Itaquera, São Paulo - SP, 08225-310, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	338.981,10	91	[.]
93	MTE0013569	DIR REGIONAL DE EDUCACAO - ITAQUERA	Av. Aricanduva, 5567 - Aricanduva, São Paulo - SP, 03951-220, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	116.880,40	43	[.]
94	MTE0013570	DIR REGIONAL DE EDUCACAO - ITAQUERA	Av. Aricanduva, 7997 - Jardim Nove de Julho, São Paulo - SP, 03930-110, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	415.809,40	350	[.]
95	MTE0009440	PMSP-SUBPREFEITURA GUAIANASES	R. Luís Matheus - Guaianases, São Paulo - SP, 08420-750, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	309.176,30	54	[.]
96	200710384	SUBPREFEITURA PARELHEIROS	Estr. Ecoturística de Parelheiros, 190 - Chácara São Silvestre, São Paulo - SP, 04888-190, Brasil	A	A4 Horo-Sazonal Verde	133.410,70	38	[.]

1. Os dados de consumo anual, em kwh, foram baseados exclusivamente no consumo registrado no ano de 2023.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX

PROCESSO: XXX

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

OBJETO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA INCENTIVADA, INCLUINDO OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA MIGRAÇÃO PARA O AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), PARA O SUPRIMENTO DE 193 (CENTO E NOVENTA E TRÊS) UNIDADES CONSUMIDORAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XX/SEGES

OBJETO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA INCENTIVADA, INCLUINDO OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA MIGRAÇÃO PARA O AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), PARA O SUPRIMENTO DE 193 (CENTO E NOVENTA E TRÊS) UNIDADES CONSUMIDORAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

CONTRATADA:

VALOR DO CONTRATO:

DOTAÇÃO A SER ONERADA:

NOTA DE EMPENHO:

Termo de CONTRATO que entre si celebram o Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Gestão e a empresa _____.

O **Município de São Paulo**, por sua Secretaria Municipal de Gestão neste ato representada por, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa, com sede na, nº, Bairro: Cidade:, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº, neste ato representada por seu representante legal (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho de fls., do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente CONTRATO, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto a contratação para o fornecimento de energia elétrica incentivada, incluindo os serviços necessários para a migração para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), para o

suprimento de 193 (cento e noventa e três) UNIDADES CONSUMIDORAS da Administração Direta do Município de São Paulo, nas condições estabelecidas neste CONTRATO e em seus ANEXOS.

1.2. O OBJETO compreende, nos termos deste CONTRATO e do TERMO DE REFERÊNCIA, os seguintes serviços:

a) Execução dos Serviços necessários para viabilização da migração das UNIDADES CONSUMIDORAS ao ACL – Serviços Pré-Migração;

i. Denúncia dos contratos e demais procedimentos a serem efetuados junto à DISTRIBUIDORA;

ii. Levantamento de eventuais débitos em aberto, caso aplicável; e

iii. Adaptação do SISTEMA DE MEDIÇÃO (SMF) das UNIDADES CONSUMIDORAS;

b) O fornecimento de energia elétrica incentivada e a obtenção do desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição-TUSD;

c) Execução dos Serviços complementares, acompanhamento e assessoria após início do fornecimento contratado – Serviços Pós-migração;

i. Readequação tarifária;

ii. Treinamentos; e

iii. Disponibilização e gerenciamento de Plataforma de Gestão de Energia online.

1.3. Antecedendo o início do fornecimento de energia elétrica, a CONTRATADA deverá executar todos os serviços preliminares necessários para viabilização da migração das UNIDADES CONSUMIDORAS ao ACL, conforme previsto no TERMO DE REFERÊNCIA e demais ANEXOS deste CONTRATO, em consonância com as atuais resoluções, diretrizes e legislação do setor elétrico pertinentes ao ACL, com total conhecimento da regulação da ANEEL e da CCEE, e das normas e padrões da DISTRIBUIDORA.

1.4. A CONTRATADA deverá apresentar à Secretaria Municipal de Gestão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da ORDEM DE SERVIÇO, a seguinte documentação necessária:

a) Comprovação da Matrícula da Obra no INSS; e

b) Cópia da apólice dos seguintes seguros, que deverão ser mantidos durante todo o período de execução da obra:

- i. Risco de responsabilidade civil do construtor;
- ii. Contra acidentes de trabalho; e
- iii. Riscos diversos de acidentes físicos da obra, além de outros exigidos pela legislação pertinente.

1.5. A CONTRATADA se compromete a apresentar a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica referente ao OBJETO a ser executado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da data de assinatura do CONTRATO.

1.5.1. O atraso na entrega do documento referido no item anterior ensejará multa, conforme CLÁUSULA 13ª do presente instrumento.

1.6. Quaisquer omissões, incorreções ou discrepâncias eventualmente encontradas pela CONTRATADA no decorrer da execução dos serviços, deverão ser comunicadas, por escrito, ao CONTRATANTE.

1.7. Nenhuma modificação nas condições de execução do OBJETO poderá ser introduzida sem o consentimento prévio e expresso do CONTRATANTE, através do órgão demandante dos serviços.

CLÁUSULA 2ª – DAS UNIDADES CONSUMIDORAS

2.1. O OBJETO será executado nas 193 (cento e noventa e três) UNIDADES CONSUMIDORAS pertencentes à administração direta do Município de São Paulo, localizadas nos endereços indicados no APÊNDICE ÚNICO do ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA.

2.1.1. A prestação dos serviços em cada uma das UNIDADES CONSUMIDORAS deverá respeitar as diretrizes especificadas no TERMO DE REFERÊNCIA.

2.2. O ponto de entrega da energia será no centro de gravidade do Submercado Sudeste/Centro-oeste, de acordo com as Subdivisões do Sistema Interligado Nacional definida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

2.3. Respeitados os demais dispositivos deste CONTRATO e de seus ANEXOS, a CONTRATADA poderá requisitar à CONTRATANTE que suprima do escopo do CONTRATO uma ou mais UNIDADES CONSUMIDORAS, nos termos da CLÁUSULA 14ª deste CONTRATO, nas seguintes hipóteses:

a) Caso determinada UNIDADE CONSUMIDORA possua débitos com a DISTRIBUIDORA que sejam considerados controversos pela CONTRATANTE, seja em âmbito administrativo ou judicial;

b) No caso de atraso injustificado atribuível à CONTRATANTE no pagamento de débitos em aberto que comprovadamente impactem o prazo final do PLANO DE MIGRAÇÃO;

c) Caso a CONTRATADA comprove, por meio de laudo técnico assinado por engenheiro eletricitista com registro no conselho de classe, que os custos para adaptação do SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO inviabilizam a execução do OBJETO em decorrência de fato superveniente ou não previsível no momento da LICITAÇÃO, não imputável à CONTRATADA.

CLÁUSULA 3ª – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

3.1. As especificações técnicas do fornecimento contratado e o modo de execução do OBJETO seguirão as previsões e dispositivos do TERMO DE REFERÊNCIA e demais ANEXOS do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

3.2. A execução dos serviços OBJETO deste CONTRATO deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme CLÁUSULA 7ª.

3.3. O OBJETO contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas municipais pertinentes.

CLÁUSULA 4ª – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o OBJETO do CONTRATO, a terceiros, sob pena de rescisão.

4.1.1. A subcontratação dos estudos, projetos e execução das adequações dos Sistemas de Medição para Faturamento, bem como a execução de treinamentos e desenvolvimento da Plataforma de Gestão de Energia, poderá ser autorizada pela fiscalização do CONTRATO, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA e observadas as normas previstas no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.2. A CONTRATADA deverá garantir que as empresas subcontratadas, nos termos e condições estabelecidos no CONTRATO, executem os serviços de acordo com este CONTRATO e seus ANEXOS, responsabilizando-se integralmente pelos serviços prestados por terceiros.

4.1.3. Sob a hipótese mencionada no item anterior, a CONTRATADA deverá impor às referidas empresas o atendimento às regras e disposições do EDITAL e seus ANEXOS, assim como delas exigir a apresentação dos

documentos e informações necessárias à demonstração de regularidade, bem como de declaração de ciência dos termos do EDITAL e seus ANEXOS, em especial o CONTRATO.

4.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do CONTRATO, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.3. A CONTRATANTE não realizará pagamentos diretamente a subcontratadas.

CLÁUSULA 5ª – DO PRAZO CONTRATUAL

5.1. O prazo de execução do CONTRATO será de **60 (sessenta) meses** e vigorará a partir da data da ORDEM DE SERVIÇO, prorrogável por até **120 (cento e vinte) meses**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1. A prorrogação indicada na subcláusula acima é condicionada à verificação da manutenção da vantajosidade econômica da contratação, permitida a negociação com a CONTRATADA.

5.1.2. Antes de prorrogar o prazo de vigência do CONTRATO, a CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

5.2. O Plano de Migração deverá ser consolidado entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE nos termos e prazos indicados no TERMO DE REFERÊNCIA.

5.3. O presente instrumento poderá ser prorrogado, desde que haja concordância das partes e seja observado o disposto do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA 6ª – DO PREÇO E DO REAJUSTE

6.1. O valor total estimado do CONTRATO é de R\$ _____ (_____).

6.1.1. O PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA é de R\$ _____ (_____) por MWh (megawatt-hora).

6.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no EDITAL e seus ANEXOS, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à

CONTRATADA.

6.2.1. O PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA inclui todas as obrigações e responsabilidades relativas aos encargos setoriais permanentes, de transmissão, de distribuição, de conexão e de perdas de transmissão, tributos, tarifas, riscos e custos específicos do setor elétrico, referentes à atividade da CONTRATADA em decorrência da execução do OBJETO.

6.3. Os preços contratuais serão reajustados anualmente, tendo como termo inicial a data de assinatura do CONTRATO.

6.3.1. O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste, nos termos da Portaria SF n.º 389/17, bem como Decreto Municipal nº 57.580/17, e considerado como o valor acumulado em 12 meses do número índice do IPC até o mês imediatamente anterior à data de assinatura do CONTRATO.

6.4. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

6.5. As hipóteses de revisão extraordinária da equação econômico-financeira do CONTRATO ocorrerão de acordo com a legislação vigente e conforme repartição objetiva de riscos prevista no APÊNDICE ÚNICO deste CONTRATO – MATRIZ DE RISCOS.

6.6. Os pedidos de repactuação serão analisados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do fornecimento da documentação, observados o procedimento previsto nos arts. 129 a 137 do Decreto Municipal nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022

CLÁUSULA 7ª – DO PAGAMENTO

7.1. A CONTRATADA emitirá a nota fiscal correspondente ao mês de exercício até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

7.1.1. O faturamento deverá ser realizado mensalmente, nos termos previstos no TERMO DE REFERÊNCIA.

7.1.2. A CONTRATADA devesse discriminar na nota fiscal os valores referentes aos tributos eventualmente devidos por substituição tributária que deverão ser retidos na fonte pela CONTRATANTE no momento do pagamento.

7.2. A CONTRATANTE realizará o pagamento em até 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal.

7.2.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7.2.2. Caso o vencimento do prazo para pagamento da nota fiscal ocorra em feriado, final de semana ou em dia em que não haja expediente por parte da CONTRATANTE, o pagamento deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente ao do vencimento.

7.3. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução do OBJETO, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os decorrentes de multas.

7.3.1. No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A E 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 53.151/12.

7.4. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

7.5. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente à nota fiscal, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

- a)** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- b)** Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
- c)** Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
- d)** Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- e)** Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura;

7.5.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua

exigibilidade suspensa.

7.6. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

7.7. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 51.197/2010.

7.7.1. A conta no banco custodiante, determinado pela CCEE, é de responsabilidade da CONTRATADA, não havendo relação da CONTRATANTE com a referida conta, isentando a CONTRATANTE de quaisquer encargos financeiros decorrentes da execução do OBJETO.

7.8. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

CLÁUSULA 8ª – DOS TRIBUTOS

8.1. Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, da execução deste CONTRATO serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

8.2. Havendo, após a data-base de apresentação da proposta da CONTRATADA, alteração, isenção, extinção ou instituição de tributos ou encargos legais que incidam direta e comprovadamente na composição do PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA, caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste:

8.2.1. Em favor da CONTRATADA, no caso de diferença a maior, que deverá ser evidenciada e justificada pela CONTRATADA;

8.2.2. Em favor da CONTRATANTE, no caso de aferição de benefícios pela CONTRATADA, devendo as partes procederem à revisão do PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA.

CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA se compromete a executar todas as obrigações contidas neste CONTRATO e em seus ANEXOS, cabendo-lhe especialmente:

- a)** executar todos os serviços objeto do presente CONTRATO, obedecendo as especificações e obrigações descritas no CONTRATO, EDITAL, e TERMO DE REFERÊNCIA e seus respectivos ANEXOS e APÊNDICES;
- b)** responsabilizar-se integral e diretamente pela qualidade no fornecimento de energia elétrica incentivada e dos serviços contratados;
- c)** manter ao longo de toda a execução desde CONTRATO os compromissos e as obrigações perante a CCEE em dia;
- d)** prestar suporte técnico, administrativo e jurídico a todas as atividades e/ou obrigações do CONTRATANTE junto à CCEE, e demais entidades envolvidas, tendo como objetivo a migração das UNIDADES CONSUMIDORAS para o ACL, conforme detalhado no TERMO DE REFERÊNCIA;
- e)** realizar a denúncia de todos os contratos vigentes de compra de energia regulada das UNIDADES CONSUMIDORAS;
- f)** executar todas as obras necessárias à adequação dos SISTEMAS DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO e manter o equipamento em plenas condições de funcionamento e de acessibilidade durante todo o período de vigência do CONTRATO;
- g)** observar todos os módulos e submódulos dos Procedimentos de Comercialização da CCEE, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.012, de 29 de março de 2022, ou outra que vier a substituí-la;
- h)** verificar se os registros estão de acordo com as medições do CCEE e as cláusulas dos contratos de energia celebrados entre a CONTRATANTE e os seus fornecedores;
- i)** elaborar e executar o Plano de Migração, conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;
- j)** prestar ao CONTRATANTE, para fins de conferência e auditoria, as informações relativas à gestão e cumprimento das obrigações relativas ao CONTRATO, por meio da entrega trimestral do Relatório de Gestão de Energia;

k) indicar, até a data de assinatura do presente CONTRATO, um funcionário devidamente credenciado e qualificado com a função de gestor do CONTRATO, o qual intermediará as relações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA e deverá estar sempre disponível para entrar em contato via telefone durante o horário comercial (ou em situações extraordinárias fora deste horário) e e-mail a qualquer tempo durante a vigência do CONTRATO;

l) preparar e realizar os treinamentos exigidos para a execução do OBJETO, em conformidade com as determinações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA;

m) disponibilizar pessoal especializado, capacitado e autorizado a executar os serviços contratados, devidamente identificadas, mantendo toda a documentação exigida pela legislação vigente;

n) responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

o) responsabilizar-se, na forma do CONTRATO, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término;

p) cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável às atividades a serem desempenhadas, especialmente àquelas, de natureza geral ou particular, oriundas da ANEEL, ONS, CCEE ou de qualquer outro agente ou órgão regulador do sistema elétrico brasileiro com competência sobre a matéria;

q) solucionar eventuais falhas operacionais que possam interferir na entrega do produto de energia sem ônus à CONTRATANTE;

r) contratar todos os seguros necessários para a execução do OBJETO;

s) executar todas as atividades necessárias a fim de garantir, ininterruptamente, o lastro de energia proveniente do ACL a todas as UNIDADES CONSUMIDORAS durante todo o período de vigência do CONTRATO;

t) garantir a otimização da DEMANDA CONTRATADA das UNIDADES CONSUMIDORAS;

- u)** garantir o lastro das UNIDADES CONSUMIDORAS ainda que a ENERGIA CONSUMIDA supere o limite superior ou inferior da ENERGIA CONTRATADA MENSAL, considerada a SAZONALIDADE e FLEXIBILIDADE aplicáveis, nos termos do TERMO DE REFERÊNCIA;
- v)** comunicar à CONTRATANTE e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do OBJETO contratual;
- w)** afastar da execução do OBJETO todo empregado que proceder de maneira desrespeitosa para com qualquer preposto, representante ou servidor da CONTRATANTE, além do público em geral;
- x)** manter, durante o prazo do CONTRATO, as condições necessárias à execução do OBJETO, incluída a manutenção dos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica previstos no EDITAL;
- y)** implementar, em até 6 (seis) meses da data de assinatura do CONTRATO, Programa de Integridade;
- z)** em situação emergencial que possa comprometer o fornecimento de energia elétrica ou execução do OBJETO, atender a eventual videoconferência convocada pela CONTRATANTE em no máximo de 2 (duas) horas da solicitação, na qual será acordado o prazo para resolução de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados;
- aa)** obter todas as autorizações, alvarás, licenças e aprovações exigidas para a plena execução do OBJETO, incluindo aquelas necessárias junto à CCEE, ANEEL, à DISTRIBUIDORA e aos respectivos órgãos e entidades competentes da Administração Pública, em todos os seus níveis, devendo se responsabilizar por todas as providências necessárias para a sua obtenção junto aos órgãos competentes nos termos da legislação vigente e arcando com todas as despesas e os custos envolvidos;
- bb)** informar à CONTRATANTE caso quaisquer licenças, alvarás, permissões ou autorizações para a plena execução do OBJETO forem anuladas, revogadas ou caducarem, ou, por qualquer motivo, deixarem de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, as medidas que foram tomadas e/ou que serão tomadas para a sua obtenção;
- cc)** adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta (*compliance*);

dd) obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, nos termos das normas legais e infralegais aplicáveis;

ee) apresentar à CONTRATANTE a competente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de projeto, conforme a Resolução nº 1025/2009 – CONFEA;

ff) planejar, elaborar e executar todos os trabalhos técnicos e projetos necessários à execução do OBJETO, sendo quaisquer informações, plantas, estudos ou documentos eventualmente disponibilizados pelo CONTRATANTE meramente referenciais, sendo sua utilização por conta e risco;

gg) assumir integral responsabilidade civil e penal pela boa execução e eficiência das atividades que realizar, bem como pelos danos decorrentes da execução do OBJETO, inclusive quanto a terceiros;

hh) assumir a integral responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução do OBJETO, assim como pelo uso indevido de patentes e/ou de direitos autorais;

ii) responsabilizar-se pela guarda de todos os documentos e manter todos os registros cabíveis durante os prazos legais;

jj) zelar pela não infringência de quaisquer patentes, marcas e demais direitos de propriedade intelectual referentes aos bens, serviços e informações fornecidos em decorrência da execução deste CONTRATO;

kk) indenizar e manter a CONTRATANTE ileso de qualquer demanda ou prejuízo que este vier a sofrer em virtude de atos praticados pela CONTRATADA, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, subcontratados e terceiros com quem ela tenha contratado ou por qualquer pessoa física ou jurídica a ela vinculada, incluindo despesas processuais, honorários sucumbenciais e demais encargos com os quais, direta ou indiretamente, a CONTRATANTE venha a arcar pelas razões elencadas nesta subcláusula;
e

ll) Responsabilizar-se pelas multas ou penalidades a que tiver dado causa, que tenham sido aplicadas em seu nome ou em nome do PODER CONCEDENTE, na qualidade de agente ou não, pela distribuidora, pela TRANSMISSORA, pela CCEE ou quaisquer um dos órgãos envolvidos na execução do OBJETO do CONTRATO.

CLÁUSULA 10ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas neste CONTRATO e em seus ANEXOS, cabendo-lhe especialmente:

- a)** cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste CONTRATO e das disposições legais que a regem;
- b)** garantir o livre acesso da CONTRATADA às áreas das UNIDADES CONSUMIDORAS necessárias para a execução do OBJETO durante a vigência deste CONTRATO, em especial para fins de adequação do SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO;
- c)** emitir a ORDEM DE SERVIÇO;
- d)** fornecer em tempo hábil elementos suficientes e necessários à execução dos serviços contratados, incluindo toda a documentação necessária para migração e gestão dos contratos;
- e)** emendar os melhores esforços para disponibilizar à CONTRATADA os contratos vigentes de compra de energia regulada das UNIDADES CONSUMIDORAS e, caso não logre obter todos os contratos, conferir poderes à CONTRATADA de representação para adotar todas as medidas, extrajudiciais ou judiciais, para obtenção, junto à DISTRIBUIDORA, dos contratos vigentes;
- f)** disponibilizar os dados das faturas de energia para que a CONTRATADA possa elaborar os relatórios de viabilidade e ganhos com a migração ou sumário executivo;
- g)** disponibilizar diagramas unifilares e demais planta elétricas necessárias;
- h)** realizar a análise e aprovação do Plano de Migração para o ACL, nos termos e prazos indicados no TERMO DE REFERÊNCIA;
- i)** suprir a CONTRATADA de documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados à presente contratação, inclusive emitindo autorizações específicas junto a terceiros;
- j)** realizar o acompanhamento do presente CONTRATO, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- k)** proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança ou alteração que impacte o processo de faturamento;

- l)** exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal, para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção etc., realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA e efetivando avaliação periódica;
- m)** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- n)** efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste CONTRATO e no TERMO DE REFERÊNCIA;
- o)** aplicar as sanções e penalidades e adotar as demais medidas necessárias ao cumprimento regular do presente CONTRATO em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- p)** exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- q)** detalhar trimestralmente, por meio do Relatório de Gestão de Energia conforme exigido no TERMO DE REFERÊNCIA, a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada as Notas Fiscais/Faturas a serem apresentadas pela CONTRATADA;
- r)** ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas;
- s)** colaborar, dentro da sua esfera de competências e observados os termos da legislação pertinente, com a obtenção das licenças e autorizações eventualmente necessárias para a execução do OBJETO, junto aos demais órgãos municipais, inclusive com a participação em reuniões técnicas e envio de manifestações necessárias, responsabilizando-se pela demora na obtenção de licenças conforme previsão do APÊNDICE ÚNICO do CONTRATO – MATRIZ DE RISCOS.

CLÁUSULA 11ª – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE não exime nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais ou por quaisquer irregularidades, vícios, ou defeitos na execução do CONTRATO.

11.2. A CONTRATANTE poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no EDITAL/CONTRATO.

11.3. Compete à CONTRATANTE fiscalizar e acompanhar a execução, pela CONTRATADA ou por eventual subcontratada, do OBJETO contratado, podendo para tanto requisitar quaisquer informações, dados ou insumos que sejam necessários para averiguação da regular execução contratual.

CLÁUSULA 12ª - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Os riscos decorrentes da contratação do OBJETO deste presente CONTRATO serão alocados à CONTRATANTE e à CONTRATADA, consoante ao previsto no APÊNDICE ÚNICO DO CONTRATO – MATRIZ DE RISCOS.

12.2. Não caberá à CONTRATADA a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO em face de eventos cujo risco não tenha sido alocado expressamente à CONTRATANTE, nos termos deste CONTRATO e de seu APÊNDICE ÚNICO – MATRIZ DE RISCOS.

12.3. A CONTRATADA poderá requerer a recomposição equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO à CONTRATANTE em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do CONTRATO tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de riscos estabelecida no CONTRATO e no APÊNDICE ÚNICO DO CONTRATO – MATRIZ DE RISCOS, durante a vigência do CONTRATO, mediante solicitação formal acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido e justificativa.

CLÁUSULA 13ª – DAS PENALIDADES

13.1. Aplica-se à CONTRATADA o dispositivo da Lei Federal n.º 14.133/2021, devendo a CONTRATADA ser penalizada, nos termos deste CONTRATO, quando:

- a)** Der causa à inexecução parcial do CONTRATO;
- b)** Der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) Der causa à inexecução total do CONTRATO;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida;
- e) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do OBJETO da contratação sem motivo justificado;
- f) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do OBJETO da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- i) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA poderá ser penalizada de acordo com as seguintes sanções:

- a) **Advertência por escrito**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- b) **Multa**, conforme subcláusula 13.3 a seguir;
- c) **Impedimento de licitar e contratar**; quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 13.1, no caso de não ser justificável a aplicação de sanção mais gravosa, impedindo a CONTRATADA de ser contratada no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São Paulo pelo prazo máximo de 3 (três) anos; e
- d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, que justifiquem a aplicação de penalidade mais gravosa.

13.2.1. A aferição da gravidade da conduta da CONTRATADA obedecerá a gradação indicada na Tabela 1 - Gradação de Infrações a seguir:

Tabela 1 - Gradação de Infrações

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

13.2.2. A inexecução parcial ou integral do CONTRATO, para fins de aplicação das penalidades previstas no item 13.2, “c” ou “d”, estará configurada quando a CONTRATADA alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

13.2.2.1. Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 3 (meses) meses.

13.2.2.2. Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 3 (três) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.

13.3. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATANTE aplicará multas conforme a graduação estabelecida na tabela seguinte:

Tabela 2 - Valor das Penalidades

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor global do CONTRATO

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
2	0,4% do valor global do CONTRATO
3	0,8% do valor global do CONTRATO
4	1,6% do valor global do CONTRATO
5	3,2% do valor global do CONTRATO
6	4,0% do valor global do CONTRATO

13.4. Para efeito de aplicação das penalidades elencadas nesta Cláusula, serão atribuídas as condutas descritas na Tabela 3 - Lista de Condutas e Penalidades abaixo a seguinte graduação:

Tabela 3 - Lista de Condutas e Penalidades

DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
Deixar de participar de reunião quando convocado formalmente pela CONTRATANTE.	1	Por ocorrência (reunião)
Deixar de entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE.	2	Por ocorrência
Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia

DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
Deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar eventuais inconsistências ou dúvidas suscitadas pela CONTRATANTE durante a análise da documentação exigida por força do CONTRATO.	2	Por ocorrência e por dia
Deixar de fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
Deixar de cumprir quaisquer dos itens do CONTRATO e seu anexo, bem como do TERMO DE REFERÊNCIA e seu anexo, não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência
Falhar em substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da CONTRATANTE.	3	Por dia
Recusar-se a executar serviço determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
Falhar em indicar e/ou manter durante a execução do CONTRATO o(s) responsável(is) técnico(s) durante a etapa de Serviços Pré-Migração.	3	Por ocorrência
Deixar de apresentar o Plano de Migração para o ACL ou apresentá-los em desconformidade com os requisitos e prazos previstos no TERMO DE REFERÊNCIA	4	Por ocorrência ou por dia de atraso

DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
Deixar de realizar treinamento para capacitação dos servidores indicados pela CONTRATANTE, nos moldes do previsto no TERMO DE REFERÊNCIA.	4	Por ocorrência
Deixar de informar à CONTRATANTE sobre evento ou situação que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da execução do OBJETO, ou que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO, na forma prevista no TERMO DE REFERÊNCIA	4	Por ocorrência (evento ou situação não informada)
Deixar de participar das assembleias, audiências e demais reuniões da CCEE que sejam atinentes ao OBJETO do CONTRATO, representando a CONTRATANTE.	4	Por ocorrência
Deixar de informar a CONTRATANTE caso quaisquer licenças, permissões ou autorizações para a plena execução do OBJETO sejam anuladas, revogadas ou caducarem, nos termos do CONTRATO.	5	Por ocorrência
Deixar de realizar a denúncia dos contratos de compra de energia regulada pelas UNIDADES CONSUMIDORAS junto à DISTRIBUIDORA conforme cronograma estabelecido no Plano de Migração ao ACL e de acordo com as definições contidas no TERMO DE REFERÊNCIA.	5	Por ocorrência
Falhar em diligenciar para que o encerramento dos contratos de compra de energia regulada perante a DISTRIBUIDORA se dê em tempo hábil e compatível com o início dos contratos de comercialização de energia no ACL, de modo que haja incidência de multas, sanções ou quaisquer encargos financeiros devido consumo de energia sem lastro.	5	Por ocorrência

DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
Deixar de apresentar ou executar quaisquer dos serviços complementares da etapa Pós-Migração, nos termos deste CONTRATO e do TERMO DE REFERÊNCIA.	5	Por ocorrência
Executar as atividades de registro, validação, ajustes e demais atividades perante a CCEE.	5	Por UNIDADE CONSUMIDORA, por mês.
Deixar de cumprir quaisquer obrigações e encargos pactuados nos contratos de comercialização no ACL para suprimento das UNIDADES CONSUMIDORAS, ou não efetuar o pagamento de quaisquer multas ou incidência de penalidades.	5	Por ocorrência
Falhar em gerenciar o fornecimento de energia elétrica registrado na CCEE para as UNIDADES CONSUMIDORAS.	5	Por mês
Deixar de contratar energia de longo prazo que possua rastreabilidade confiável de carbono.	5	Por mês
Violar quaisquer patentes, marcas e demais direitos de propriedade intelectual durante a execução do CONTRATO.	5	Por ocorrência
Não apresentar ou manter a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ou mantê-la em desacordo com as previsões contidas neste CONTRATO.	5	Por ocorrência
Deixar de manter, durante o prazo do CONTRATO, os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica previstos no EDITAL.	5	Por mês

DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
Executar os serviços com desídia, caracterizada pela reiteração de conduta sancionada pelo Município com a aplicação de multa correspondente ao grau 4 ou menor no período de 12 meses anteriores à ocorrência do fato.	5	Por ocorrência
Não se responsabilizar pelas multas ou penalidades a que tiver dado causa, que tenham sido aplicadas em seu nome ou em nome da CONTRATANTE pela distribuidora, pela TRANSMISSORA, pela CCEE ou quaisquer um dos órgãos envolvidos na execução do OBJETO do CONTRATO.	5	Por ocorrência
Executar os serviços com desídia grave, caracterizada pela reiteração de conduta sancionada pelo Município com a aplicação de multa correspondente ao grau 5 ou maior no período de 12 meses anteriores à ocorrência do fato.	5	Por ocorrência
Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
Deixar de cumprir com qualquer das obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria.	6	Por ocorrência
Inserir informação comprovadamente falsa no Relatório de Gestão de Energia.	6	Por ocorrência
Descumprir o Cronograma de Migração.	6	Por mês de atraso

DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer funcionário, preposto ou servidor da CONTRATANTE, a qualquer usuário ou visitante das UNIDADES CONSUMIDORAS ou ao próprio pessoal da CONTRATADA.	6	Por ocorrência

13.5. Todas as sanções previstas neste CONTRATO poderão ser aplicadas cumulativamente às multas elencadas na tabela acima, podendo a CONTRATANTE realizar a retenção do valor da penalidade aplicada nos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA.

13.5.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, quando exigida.

13.5.2. Se os valores das faturas e da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO forem insuficientes, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para que recolha a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

13.5.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.5.4. Caso seja utilizada no todo ou em parte para o pagamento da multa, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, de seu acionamento.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos sofridos pela CONTRATANTE; e

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e Contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846 de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste CONTRATO ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.10. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.13. – Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, o Município ou Ente poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.14. Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21

13.15. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos neles fixados.

CLÁUSULA 14ª – DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente CONTRATO é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022 e das demais normas complementares aplicáveis.

14.2. O CONTRATO poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 124 da Lei Federal 14.133/2021.

14.3. A CONTRATANTE poderá alterar unilateralmente o escopo do CONTRATO nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/2021.

14.3.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no OBJETO do CONTRATO que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

14.4. O CONTRATO se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.5. O CONTRATO pode ser extinto antes do prazo nele fixado caso a CONTRATANTE não disponha de créditos orçamentários para sua continuidade ou caso seja constatada a perda da vantajosidade global da contratação, nos termos e condições previstas no TERMO DE REFERÊNCIA.

14.6. O CONTRATO pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.7. Nesta hipótese, aplica-se também o disposto nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.8. Nos casos de extinção sem culpa da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá promover:

- a) A devolução da garantia;
- b) Os pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão;
- c) O pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d) O ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

CLÁUSULA 15ª – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. Para execução deste CONTRATO, é necessário o fornecimento de GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO no valor de R\$, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do CONTRATO, nos

termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, observada a legislação e as normas aplicáveis, inclusive a Portaria SF n.º 338/2021.

15.1.1. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o CONTRATO tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

15.1.1.1. O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade estabelecida na subcláusula 13.3 deste CONTRATO.

15.1.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da inexecução parcial ou total do CONTRATO e/ou de multas aplicadas à CONTRATADA.

15.1.3. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias além do prazo estimado para encerramento do CONTRATO, por força da Orientação Normativa nº 2/2012 da PGM.

CLÁUSULA 16ª – ANTICORRUPÇÃO

16.1. Para a execução deste CONTRATO, nenhuma das PARTES poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma

CLÁUSULA 17ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. A despesa decorrente da execução do CONTRATO correrá por conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Gestão, sob a rubrica de n.º..... do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

CLÁUSULA 18ª - DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste CONTRATO poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

18.2. As comunicações entre as PARTES serão efetuadas por escrito e poderão ser remetidas:

- a) em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
- b) por correio registrado, com aviso de recebimento; ou
- c) por correio eletrônico, desde que comprovada a recepção.

18.3. Considera-se, para os efeitos de remessa das comunicações, os seguintes endereços postais e eletrônicos, respectivamente:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

18.4. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

18.5. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de CONTRATO indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu OBJETO, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu OBJETO.

18.6. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.7. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item 12.4 do EDITAL.

18.8. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o EDITAL da licitação que deu origem à contratação, com seus ANEXOS, PROPOSTA COMERCIAL da CONTRATADA e a ata da sessão pública da Pregão Eletrônico nº XXX/XX/SEGES sob documento SEI nº [--] e [--] do processo administrativo nº [--].

18.9. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal n.º 62.100/2022, Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

CLÁUSULA 19ª – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste CONTRATO, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de CONTRATO, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes CONTRATANTES e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, dd de mmm de aaaa.

Prefeitura do Município de São Paulo

CONTRATANTE

CONTRATADA

Nome:

RG:

Cargo:

TESTEMUNHAS:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX

PROCESSO: XXX

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

OBJETO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA INCENTIVADA, INCLUINDO OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA MIGRAÇÃO PARA O AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), PARA O SUPRIMENTO DE 193 (CENTO E NOVENTA E TRÊS) UNIDADES CONSUMIDORAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

APÊNDICE ÚNICO DO CONTRATO

MATRIZ DE RISCOS

SUMÁRIO

1. MATRIZ DE RISCOS.....	3
I – RISCOS DE ENGENHARIA E DE OPERAÇÃO	4
II – RISCOS JURÍDICOS.....	12
III – RISCOS ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	17

1. MATRIZ DE RISCOS

1.1. Este ANEXO integra o CONTRATO e deve ser interpretado em conjunto com o CONTRATO e todos seus ANEXOS.

1.2. Os riscos decorrentes da execução da licitação serão alocados à CONTRATANTE, à CONTRATADA ou compartilhados, conforme disposto na tabela abaixo.

1.3. Em casos de qualquer divergência entre o disposto neste ANEXO e o disposto no CONTRATO, prevalecerá o quanto disposto no CONTRATO, conforme previsto em sua Cláusula 9 do CONTRATO.

RISCO	MATERIALIZAÇÃO DO RISCO	ALOCÇÃO
I – RISCOS DE ENGENHARIA E DE OPERAÇÃO		
MIGRAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL	a) Atrasos na migração das UNIDADES CONSUMIDORAS para o ACL, por fato imputável a CONTRATADA.	CONTRATADA
	b) Atrasos na migração UNIDADES CONSUMIDORAS para o ACL, por fato não imputável a CONTRATADA.	CONTRATANTE
	c) Atrasos na entrega do Plano de Migração, Cronograma de Migração ou qualquer outro documento necessário para a efetivação da migração, por fato imputável a CONTRATADA.	CONTRATADA
	d) Atrasos na entrega do Plano de Migração, Cronograma de Migração ou qualquer outro documento necessário para a efetivação da migração, por fato não imputável a CONTRATADA.	CONTRATANTE
	e) Indisponibilidade de informações e/ou documentos necessários para a efetiva migração das UNIDADES CONSUMIDORAS, como os contratos de compra de energia regulada ou boletos de cobrança dos débitos em aberto junto à DISTRIBUIDORA, por fato não imputável a CONTRATADA.	CONTRATANTE
	f) Quaisquer ônus decorrentes de erros, omissões, vícios, irregularidades e inconformidades na migração das UNIDADES CONSUMIDORAS para o ACL por fatos ou atos imputáveis à CONTRATADA ou a terceiros por ela contratados.	CONTRATADA
	g) Custos e despesas decorrentes de quaisquer procedimentos necessários para a efetiva migração ao ACL perante a DISTRIBUIDORA, como o envio do Termo de Pactuação, do diagrama unifilar da UNIDADE CONSUMIDORA e	CONTRATADA

RISCO	MATERIALIZAÇÃO DO RISCO	ALOCAÇÃO
	<p>assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição no Ambiente Livre, envio do diagrama unifilar da UNIDADE CONSUMIDORA, entre outros e quaisquer demais procedimentos necessários para a efetiva migração ao ACL perante à DISTRIBUIDORA</p>	
	<p>h) Prejuízos decorrentes da impossibilidade técnica de migração de alguma UNIDADE CONSUMIDORA, garantido através de laudo técnico assinado por engenheiro eletricista com registro no conselho de classe e com emissão de responsabilização da CONTRATADA, devido a problemas com a adequação do SMF.</p>	CONTRATANTE
DÉBITOS EM ABERTO	<p>a) Atrasos na identificação e repasse dos boletos de cobrança dos débitos em aberto junto à DISTRIBUIDORA, por fato não imputável a CONTRATADA.</p>	CONTRATANTE
	<p>b) Pagamento dos débitos em aberto das UNIDADES CONSUMIDORAS junto à DISTRIBUIDORA.</p>	CONTRATANTE
DENÚNCIA DOS CONTRATOS COM A DISTRIBUIDORA	<p>a) Atrasos na denúncia dos contratos junto à DISTRIBUIDORA, por fato imputável à CONTRATADA.</p>	CONTRATADA
	<p>b) Atrasos na denúncia dos contratos junto à DISTRIBUIDORA, por fato não imputável à CONTRATADA.</p>	CONTRATANTE
	<p>c) Incidência de multas, sanções ou quaisquer encargos financeiros devido ao consumo de energia sem lastro caso a CONTRATADA não garanta que a denúncia</p>	CONTRATADA

RISCO	MATERIALIZAÇÃO DO RISCO	ALOCAÇÃO
	e o encerramento dos contratos junto à DISTRIBUIDORA se deem em tempo hábil e compatível com o início dos contratos de comercialização de energia no ACL.	
ADAPTAÇÃO, REFORMAS E/OU INSTALAÇÕES DO SMF	a) Prejuízos decorrentes de erros ou omissões na realização de obras para adequação, reformas e/ou instalações do SMF, no que se incluem danos decorrentes de falha na segurança no local de sua realização.	CONTRATADA
	b) Todos e quaisquer custos necessários para a realização das adaptações, reformas ou instalações relativas ao SMF.	CONTRATADA
	c) Custos atinentes ao conserto de vícios ocultos nos SMF nas UNIDADES CONSUMIDORAS.	CONTRATADA
	d) Atraso na liberação dos locais das UNIDADES CONSUMIDORAS em que serão instalados o SMF por motivos não imputáveis a CONTRATADA.	CONTRATANTE
	e) Erros ou omissões ou alterações de projetos para adequação, reformas e/ou instalações do SMF.	CONTRATADA
	f) Roubos, furtos, destruição, depredação e vandalismo no SMF.	CONTRATANTE
	g) Identificação de vícios, defeitos, irregularidades e inconformidades no SMF que sejam decorrentes de erros imputáveis à CONTRATADA ou a seus terceiros por ela contratados.	CONTRATADA
	a) Consumo de UNIDADES CONSUMIDORAS sem lastro de energia.	

RISCO	MATERIALIZAÇÃO DO RISCO	ALOCAÇÃO
<p>FORNECIMENTO DE ENERGIA E SERVIÇOS ASSOCIADOS</p>	<p>b) Atrasos nos prazos definidos pela CCEE para contabilização, registro, liquidação de energia, e quaisquer outras obrigações atinentes à CONTRATADA como agente perante à CCEEE.</p>	<p>CONTRATADA</p>
	<p>c) Oscilações nos preços de energia, quais sejam o PLD, ou preço de energia no longo prazo ou spread no curto prazo.</p>	
	<p>d) Divergências de preços entre submercados, preço horário, preço semanal.</p>	
	<p>e) Falência, inadimplência ou descumprimento de contratos de fornecedores, subcontratados, geradoras ou comercializadoras de energia que tenham compromissos com a CONTRATADA.</p>	
	<p>f) Quaisquer ônus decorrentes de erros, omissões, vícios, irregularidades e inconformidades nos estudos de determinação da DEMANDA CONTRATADA ótima para cada uma das UNIDADES CONTRATADAS.</p>	<p>CONTRATADA</p>
	<p>g) Atrasos na realização dos treinamentos de capacitação dos servidores indicados pela CONTRATANTE, por fato imputável a CONTRATADA.</p>	<p>CONTRATADA</p>
	<p>h) Atrasos na realização dos treinamentos de capacitação dos servidores indicados pela CONTRATANTE, por fato não imputável a CONTRATANTE.</p>	<p>CONTRATANTE</p>
	<p>i) Atrasos na disponibilização da Plataforma de Gestão de Energia e do Relatório de Gestão de Energia, por fato imputável a CONTRATADA.</p>	<p>CONTRATADA</p>

RISCO	MATERIALIZAÇÃO DO RISCO	ALOCAÇÃO
	<p>j) Atrasos na disponibilização da Plataforma de Gestão de Energia e do Relatório de Gestão de Energia, por fato não imputável a CONTRATADA.</p>	CONTRATANTE
	<p>k) Indisponibilidade de informações e/ou documentos a serem disponibilizados na Plataforma de Gestão de Energia e no Relatório de Gestão de Energia, por fato imputável a CONTRATADA.</p>	CONTRATADA
	<p>l) Indisponibilidade de informações e/ou documentos a serem disponibilizados na Plataforma de Gestão de Energia e no Relatório de Gestão de Energia, por fato não imputável a CONTRATADA.</p>	CONTRATANTE
STAKEHOLDERS DA CONTRATAÇÃO	<p>a) Impasses com as entidades e os órgãos públicos, subcontratadas, a DISTRIBUIDORA e/ou a transmissora de energia elétrica, por ato ou fato imputável à CONTRATADA, e que tragam prejuízo ao regular andamento da contratação.</p>	CONTRATADA
	<p>b) Danos e/ou prejuízos causados a terceiros por ato da CONTRATADA, de seus empregados, prestadores de serviços, terceirizados, subcontratados, ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas neste CONTRATO.</p>	CONTRATADA
	<p>c) Prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente pelos administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviço do CONTRATANTE, que tragam prejuízos à CONTRATADA.</p>	CONTRATANTE

RISCO	MATERIALIZAÇÃO DO RISCO	ALOCÇÃO
	d) Restrição operacional decorrente de decisão ou omissão de órgãos ou entidades públicos, exceto se decorrente de fato imputável à CONTRATADA.	CONTRATANTE
SUBCONTRATADOS	a) Custos relacionados à substituição de subcontratados inadimplentes com suas obrigações contratuais, que gerem atrasos no cronograma de execução do CONTRATO e prejuízos à execução do OBJETO pela CONTRATADA.	CONTRATADA
	b) Desempenho inadequado de terceiros contratados pela CONTRATADA.	CONTRATADA
GREVES	a) Greves realizadas por empregados contratados pela CONTRATADA, pelos subcontratados ou pelas prestadoras de serviços à CONTRATADA.	CONTRATADA
	b) Greve dos servidores e empregados públicos do CONTRATANTE e/ou DISTRIBUIDORA que comprovadamente impeça ou impossibilite a CONTRATADA de prestar integral ou parcialmente o OBJETO.	CONTRATANTE
SUPERVENIÊNCIA DE SINISTROS	Ocorrência de sinistros que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, inclusive riscos de engenharia e responsabilidade civil, as hipóteses de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, bem como a variação no seu preço.	CONTRATADA
INTERRUPÇÃO DA CONTINUIDADE	a) Interrupção das atividades previstas no CONTRATO, por fato não imputável a CONTRANTE.	CONTRATADA

RISCO	MATERIALIZAÇÃO DO RISCO	ALOCAÇÃO
<p>DAS ATIVIDADES PREVISTAS NO CONTRATO E NO TERMO DE REFERÊNCIA</p>	<p>b) Atraso no planejamento, elaboração e execução de todos os trabalhos técnicos e projetos exigíveis e necessários à execução do OBJETO, exceto no caso em que o CONTRATANTE tiver dado causa.</p>	<p>CONTRATADA</p>
	<p>c) Decisões judiciais ou administrativas que impeçam ou impossibilitem a CONTRATADA de prestar os serviços ou que interrompam ou suspendam o pagamento à CONTRATADA, seu reajuste ou revisão, exceto nos casos em que a CONTRATADA houver dado causa à decisão.</p>	<p>CONTRATANTE</p>
<p>PROBLEMAS COM A INTERLIGAÇÃO OU CONEXÃO À REDE DE DISTRIBUIÇÃO</p>	<p>a) Responsabilidade civil e criminal da ocorrência eventual de qualquer acidente decorrente da interligação indevida à rede de conexão, intencional ou acidental.</p>	<p>CONTRATADA</p>
	<p>b) Responsabilidade civil e criminal da ocorrência eventual de qualquer acidente decorrente do mau funcionamento da geração e de dispositivos de proteção de sua propriedade, inclusive em caso de danos no sistema elétrico da distribuição.</p>	
	<p>c) Responsabilidade por consequências e danos advindos de desvio de padrões de tensão, frequência, fator de potência e distorção harmônica da ANEEL, ou do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").</p>	
	<p>d) Interrupção da conexão com o sistema elétrico da distribuidora.</p>	

RISCO	MATERIALIZAÇÃO DO RISCO	ALOCAÇÃO
	<p>e) Prejuízos, interrupções ou descumprimento das obrigações contratuais em decorrência de falhas ou interrupção na distribuição de energia elétrica, exceto se decorrente de atos imputáveis à CONTRATADA.</p>	<p>CONTRATANTE</p>
<p>CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR</p>	<p>a) Ocorrência de eventos naturais imprevisíveis e inevitáveis, como pandemias, crises climáticas, ou atos humanos imprevisíveis e inevitáveis que resultem em onerosidade comprovadamente excessiva para qualquer das PARTES ou inviabilizem inequivocamente a continuidade da contratação.</p>	<p>COMPARTILHADO</p>
	<p>b) Ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, quando as consequências não forem seguráveis no Brasil e em condições comerciais viáveis ou, quando as consequências forem seguráveis, no que exceder ao valor da cobertura.</p>	

RISCO	MATERIALIZAÇÃO DO RISCO	ALOCAÇÃO
II – RISCOS JURÍDICOS		
AUTORIZAÇÕES, LICENÇAS E/OU PERMISSÕES	<p>a) Despesas com os processos de obtenção e manutenção todas as autorizações, licenças e aprovações necessárias junto à CCEE, ANEEL, DISTRIBUIDORA e aos respectivos órgãos e entidades competentes da Administração Pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, com vistas à execução das atividades relacionadas à contratação</p>	CONTRATADA
	<p>b) Atrasos decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças e/ou permissões a serem emitidas por autoridades administrativas, em nível municipal, estadual ou federal, exigidas para a migração ao ACL por conta de irregularidade formal, intempestividade ou inadequação dos requerimentos e solicitações encaminhados pela CONTRATADA.</p>	CONTRATADA
	<p>c) Atrasos ou inexecução das obrigações da CONTRATADA, causados pela demora ou omissão autoridades administrativas, em nível municipal, estadual ou federal, em prazo inferior ou igual a 12 (doze) meses do protocolo do pedido, ainda que regular e tempestivamente instruído pela CONTRATADA.</p>	CONTRATADA

	<p>d) Atrasos ou inexecução das obrigações da CONTRATADA, causados pela demora ou omissão das autoridades administrativas, em nível municipal, estadual ou federal, assim entendidos como a demora em prazo superior a 12 (doze) meses do protocolo do pedido regular e tempestivamente instruído pela CONTRATADA, e desde que os órgãos ou entidades competentes deixem de observar os respectivos prazos a eles conferidos para a respectiva manifestação.</p>	CONTRATANTE
<p>INEXECUÇÃO CONTRATUAL DA CONTRATADA</p>	<p>a) Atrasos ou inexecução das obrigações do CONTRATANTE, causados pela demora ou omissão da CONTRATADA ou de seus subcontratados, desde que comprovada a regularidade formal, a tempestividade e a adequação dos requerimentos e solicitações encaminhados pelo CONTRATANTE.</p>	CONTRATADA
	<p>b) Descumprimento pela CONTRATADA, de suas obrigações contratuais, incluindo, mas não se limitando ao descumprimento de prazos a ela aplicáveis nos termos deste CONTRATO e/ou na legislação vigente.</p>	
	<p>c) Atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos neste CONTRATO relacionados às obrigações assumidas pelo CONTRATANTE, quando decorrentes diretamente de ação ou omissão da CONTRATADA ou seus subcontratados.</p>	
<p>MUDANÇA NAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO EXIGIDAS PELO CONTRATANTE</p>	<p>Mudanças nas especificações ou substituição de bem e/ou equipamento por outro com tecnologia distinta, por iniciativa unilateral do CONTRATANTE.</p>	CONTRATANTE
<p>ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA</p>	<p>a) Erro no recolhimento de tributos incidentes sobre as atividades da CONTRATADA e eventuais responsabilizações em decorrência de planejamento tributário realizado pela CONTRATADA.</p>	CONTRATADA

	b) Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais que não tenham repercussão direta nas receitas e despesas da CONTRATADA.	CONTRATADA
	c) Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais, após a data de entrega das propostas, que incidam diretamente sobre OBJETO do CONTRATO com comprovada repercussão direta sobre o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO	COMPARTILHADO
RESPONSABILIDADE CIVIL	a) Ocorrência de danos decorrentes da execução do OBJETO, inclusive quanto a terceiros.	CONTRATADA
	b) Ônus, danos, despesas, pagamentos, indenizações e eventuais medidas judiciais decorrentes de atos ou fatos, inclusive de natureza ambiental, que decorram de culpa exclusiva do CONTRATANTE ou de quaisquer terceiros por ele contratados.	CONTRATANTE
ALTERAÇÃO DAS NORMAS REGULATÓRIAS OU LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO	Alteração na legislação ou na regulação aplicável ao CONTRATO, após a data de entrega das propostas, que altere o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e que comprovadamente tenham impacto nas receitas ou despesas da CONTRATADA.	COMPARTILHADO
ANULAÇÃO DO CONTRATO	a) Extinção da contratação por vícios no processo de contratação, nos casos em que a CONTRATADA não tiver concorrido com os vícios que geraram a anulação do CONTRATO.	CONTRATANTE
	b) Extinção da contratação por vícios no processo de contratação, nos casos em que a CONTRATADA tiver concorrido para a ilegalidade e nos casos em que a ilegalidade lhe for imputada de forma exclusiva.	CONTRATADA

RESCISÃO CONTRATUAL	a) Extinção da contratação por descumprimento pelo CONTRATANTE de suas obrigações.	CONTRATANTE
	b) Extinção da contratação, por decisão da CONTRATADA, devido a inclusão, exclusão ou substituição de UNIDADES CONSUMIDORAS, qual alteração representar um aumento ou uma redução superior a 25% (vinte e cinco) da ENERGIA CONTRATADA.	COMPARTILHADO
ENCARGOS TRABALHISTAS E/OU PREVIDENCIÁRIOS	a) Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste CONTRATO, incluída a elevação do custo de mão-de-obra por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, e as responsabilizações deles decorrentes, incluídas aquelas relacionadas às empresas eventualmente subcontratadas.	CONTRATADA
	b) Ajuizamento de reclamação trabalhista por empregados, funcionários e/ou prestadores de serviços da CONTRATADA ou de subcontratados	
	c) Ocorrência de acidente de trabalho na execução do OBJETO.	
	d) Não garantia da segurança e/ou da saúde dos trabalhadores que estejam subordinados à CONTRATADA na execução do OBJETO e/ou seu subcontratados.	CONTRATADA
ALTERAÇÃO UNILATERAL	a) Inclusão, exclusão ou substituição de UNIDADES CONSUMIDORAS, desde que tal alteração não represente um aumento ou uma redução superior a 25% (vinte e cinco) do valor do CONTRATO.	CONTRATADA

	b) Imposição pelo CONTRATANTE de novas obrigações ou alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas no CONTRATO que provoque impacto nos custos e encargos da CONTRATADA.	CONTRATANTE
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------

RISCO	MATERIALIZAÇÃO DO RISCO	ALOCAÇÃO
III – RISCOS ECONÔMICO-FINANCEIROS		
ESCASSEZ HÍDRICA	Custos relacionados aos encargos de energia de reserva.	CONTRATADA
FLEXIBILIDADE NO CONSUMO DE ENERGIA	Consumo de energia abaixo ou acima dos limites estabelecidos de flexibilidade.	CONTRATANTE
EFICIÊNCIA ECONÔMICA	Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia ou omissão no cumprimento do OBJETO, exceto por atos ou omissões do CONTRATANTE.	CONTRATADA
VARIAÇÃO DE CUSTOS	Variação de custos de insumos, custos operacionais, de obras, de serviços ou qualquer outro custo incorrido na sua atuação, exceto aqueles já abarcados por mecanismos do CONTRATO.	CONTRATADA
VARIAÇÃO DA TAXA DE CAMBIO	Aumento ou diminuição dos custos de execução do CONTRATO devido a variação da taxa de câmbio.	CONTRATADA

<p>PERDA DE VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO</p>	<p>Perda de vantajosidade global, considerando o impacto do desconto na TUSD, na compra de energia elétrica incentivada no ACL em detrimento do ACR, por fato não atribuível a nenhuma das PARTES.</p>	<p>COMPARTILHADO</p>
---------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------



PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX

PROCESSO: XXX

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

OBJETO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA INCENTIVADA, INCLUINDO OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA MIGRAÇÃO PARA O AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), PARA O SUPRIMENTO DE 193 (CENTO E NOVENTA E TRÊS) UNIDADES CONSUMIDORAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ANEXO V

MODELOS E DECLARAÇÕES



A. MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRONICO Nº **PROCESSO:**

A (empresa)..... inscrita no CNPJ sob nº
..... estabelecida
na....., nº , telefone/fax
nºs....., e-mail....., propõe fornecer o OBJETO
licitado, nos seguintes preços e condições:

Descrição do fornecimento:

Quantidade:

VALOR GLOBAL: R\$(.....), sendo R\$
(.....) referente à prestação de serviço (MWh) e R\$
.....(.....) referente ao ICMS.

(em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)

PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA: R\$(.....) por MWh, correspondente ao
VALOR GLOBAL da PROPOSTA DE PREÇOS dividido pela Quantidade Máxima de Energia do período de
vigência do CONTRATO.

(em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)

LOTE:



1. DAS DECLARAÇÕES

1.1. Declara, sob as penas da lei, que o PREÇO DA ENERGIA CONTRATADA inclui todas as obrigações e responsabilidades relativas aos encargos setoriais permanentes, de transmissão, de distribuição, de conexão e de perdas de transmissão, tributos, tarifas, riscos e custos específicos do setor elétrico, referentes à atividade da CONTRATADA em decorrência da execução do OBJETO

1.2. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do EDITAL e ANEXOS, relativos à LICITAÇÃO supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

1.3. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o OBJETO de acordo com as especificações técnicas contidas no ANEXO II do EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA.

2. DA VALIDADE DA PROPOSTA

2.1. A presente proposta é válida por(.....) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

[O item seguinte somente é necessário para os LICITANTES que se enquadram como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014].

3. DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

3.1. Declara que está regularmente enquadrada na categoria:

MICROEMPRESA (ME), nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), nos termos do inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.



B. MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRONICO Nº..... PROCESSO:

A _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ declara:

- a) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- b) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- e) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
- f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;



C. MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº..... **PROCESSO:**

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____
(empresa), inscrita no CNPJ _____, com sede na
_____ (endereço completo), por intermédio
de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, infra-assinado,
portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, está ciente do
estado em que se encontram os locais para adequação do Sistema de Medição para Faturamento de
cada UNIDADE CONSUMIDORA, previstos no APÊNDICE II do TERMO DE REFERÊNCIA –
DETALHAMENTO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS, os quais não poderão invocar qualquer
insuficiência de dados a eles relacionados com óbice para a participação na licitação ou para a plena
execução do contrato.

São Paulo, de de 20...

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:



D. MODELO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº..... PROCESSO:

[Este documento somente é necessário para os licitantes CONSORCIADOS e contém os requisitos mínimos do Compromisso de Constituição de Consórcio. Os consorciados poderão pactuar, no referido Compromisso, cláusulas adicionais àquelas ora apresentadas].

À Secretaria de Gestão do Município de São Paulo.

[endereço]

Compromisso de Constituição de Consórcio

Prezados Senhores,

Em atendimento ao EDITAL em referência, os CONSORCIADOS, por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado(s), vem apresentar o Compromisso de Constituição de CONSÓRCIO:

- a) denominação do CONSÓRCIO.....;
- b) composição do CONSÓRCIO, indicando o percentual de participação de cada CONSORCIADO no CONTRATO.....;
- c) o objetivo do CONSÓRCIO, que deve ser compatível com esta LICITAÇÃO e com o OBJETO ;
- d) indicação da empresa líder [observado o disposto no art. 15, II, da Lei Federal nº 14.133/2021 – deverá ser apresentada a documentação comprobatória da condição de representante, com a indicação dos poderes de representação previstos no EDITAL]: ;



- e) os CONSORCIADOS declaram que aceitam a responsabilidade solidária, nos termos no art. 15, V, da Lei Federal nº 14.133/2021, no tocante ao OBJETO desta LICITAÇÃO, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas na PROPOSTA apresentada, sendo que tal responsabilidade solidária somente cessará, no caso de o CONSÓRCIO ter sido o LICITANTE vencedor, após a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, e, no caso de o CONSÓRCIO não ter sido o LICITANTE vencedor, em até 30 (trinta) dias contados da DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO.

São Paulo, de de 20...

(assinatura e identificação do representante legal/procurador de cada um dos
CONSORCIADOS)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo: